

Termo de Referência 15/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2024	130032-LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA/GO	ARTHUR BARBOSA FERREIRA	26/06/2024 15:06 (v 4.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	90005/2024	21000.023966 /2023-90

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de **serviços de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários**, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. O(s) item(ns) da contratação são os discriminados no Anexo I - Lista de Itens da Contratação. Em caso de eventual divergência entre as descrições e especificações constantes do Catálogo do sistema Compras.gov.br ou, se houver, nos Estudos Técnicos Preliminares, e neste instrumento, prevalecem estas últimas.

1.1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação é(são) caracterizado(s) como comum(ns), conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) ano** contado do(a) **assinatura do contrato**, prorrogável por até **10 (dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a necessidade do serviço é permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, de forma e visa assegurar o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação do serviço público e o cumprimento de sua missão institucional, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

1.2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

1.2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

1.2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

1.2.2.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

1.2.2.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

1.2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

- 1.2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 1.2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 1.2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2. Fundamentação da contratação

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. Descrição da solução

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4.1. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 4.1.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 4.1.1.1. A atual prestadora dos serviços de limpeza e conservação no órgão é INTERATIVA FACILITIES LTDA, CNPJ 05.058.935/0001-42, por meio do Contrato nº 6/2018.
- 4.1.1.2. Para a execução dos serviços são estimados postos de Encarregado de Serviço (CBO 4101-05) e Servente de Limpeza (CBO 5143-20):

CBO 4101-05 - Encarregado de Serviço	
Descrição Sumária	Supervisionam rotinas administrativas em instituições públicas e privadas, chefiando diretamente equipe de escriturários, auxiliares administrativos, secretários de expediente, operadores de máquina de escritório e contínuos. Coordenam serviços gerais de malotes, mensageiros, transporte, cartório, limpeza, terceirizados, manutenção de equipamento, mobiliário, instalações etc; administram recursos humanos, bens patrimoniais e materiais de consumo; organizam documentos e correspondências; gerenciam equipe. Podem manter rotinas financeiras, controlando fundo fixo (pequeno caixa), verbas, contas a pagar, fluxo de caixa e conta bancária, emitindo e conferindo notas fiscais e recibos, prestando contas e recolhendo impostos.
Formação /experiência	Requer-se ensino médio completo e três a quatro anos de experiência profissional em trabalhos administrativos.
Condições gerais de exercício	Esses trabalhadores atuam nas mais diversas áreas de empresas públicas ou privadas. São assalariados celetistas ou estatutários. Trabalham em equipe, com supervisão ocasional, em ambiente fechado e em horário diurno. Eventualmente, trabalham em posições desconfortáveis durante longos períodos.
Atribuições	Encarregado de supervisionar rotinas administrativas, como distribuir e delegar serviços, criar e implantar rotinas, orientar sua execução, analisar o funcionamento, supervisionar cronogramas e propor melhorias. Além disso, deve coordenar serviços gerais, como malote, mensageiro, cartório, transporte, manutenção, serviços terceirizados e limpeza, bem como supervisionar a segurança patrimonial e serviços de fotocópia. A administração de bens patrimoniais e material de consumo também está entre suas atribuições, incluindo verificação de estoque, solicitação de

	compra, seleção de fornecedores, compra e armazenamento, bem como a vistoria e compra de bens patrimoniais. Adicionalmente, ele gerencia equipes, desde a requisição e seleção de pessoal, treinamento, definição de escalas e avaliação de desempenho até o gerenciamento de benefícios e segurança do trabalho, assegurando a eficiência operacional e o bem-estar organizacional.
Habilidades	Ética – capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observem os valores e normas adotados no ambiente de trabalho; Gerenciamento do tempo – capacidade de gerenciar o próprio tempo e o dos outros considerando as atividades a serem realizadas; Resolução de problemas – capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações novas ou mal definidas.
Atitudes	Altruísmo – capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público; Disposição – capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo; Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações; Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes; Pontualidade – capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade; Profissionalismo – capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter; Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.
Recursos de Trabalho	Equipamentos de Proteção Individual - EPI Telefone Recursos de informática Calculadora Fotocopiadora Material de escritório (mobiliário) Material de consumo Legislação Material bibliográfico
Requisitos Adicionais	Ter experiência de no mínimo 3 (três) anos de atividade compatível comprovados em Carteira de Trabalho ou declaração de pessoa(s) jurídica(s); Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; Ensino médio completo ou curso técnico equivalente.

CBO 5143-20 - Servente de Limpeza	
Descrição Sumária	Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.
Formação /experiência	Requer-se ensino fundamental completo ou prática profissional no posto de trabalho.
Condições gerais de exercício	São empregados com carteira e se organizam em equipe, tendo supervisão ocasional. O ambiente de trabalho é fechado e o horário é diurno.
Atribuições	Encarregado de limpar recintos e acessórios, realizando tarefas como lavagem de fachadas e vidros, remoção de resíduos e pichações, limpeza de móveis, superfícies e pisos, aspiração de pó, enceramento e secagem de pisos, além de cuidar da limpeza de cortinas, persianas e recolhimento de lixo. Ele também deve preparar o trabalho, controlando o estoque de materiais, verificando a validade e qualidade de produtos químicos, avaliando superfícies e níveis de sujeira, selecionando e preparando os produtos e solicitando equipamentos e materiais necessários. Além disso, a segurança é uma preocupação essencial, incluindo o uso de uniforme e EPI, a inspeção e isolamento de áreas, montagem de andaimes e cadeirinhas, operação segura

	de equipamentos e busca por capacitação e qualificação adequadas. Essas atividades visam garantir um ambiente de trabalho seguro e eficiente para o profissional responsável pela limpeza e preparação dos ambientes.
Habilidades	Demonstrar paciência, iniciativa, prudência, equilíbrio físico, agilidade e destreza manual; Trabalhar em equipe; Reconhecer limitações pessoais e demonstrar controle emocional; Contornar situações adversas.
Atitudes	Altruísmo – capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público; Disposição – capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo; Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações; Flexibilidade – capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes; Pontualidade – capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade; Profissionalismo – capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter; Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.
Recursos de Trabalho	Equipamentos de Proteção Individual - EPI Produtos químicos Produtos de limpeza Aspirador de pó/ enceradeira
Requisitos Adicionais	Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; Ensino Fundamental incompleto.

4.1.1.3. O quantitativo de profissionais necessários para a execução dos serviços deverá ser apurado levando-se em consideração os índices de produtividade mínima da mão de obra definidos pela Administração, sendo que o interessado em ofertar os serviços deverá definir o quantitativo de pessoal com base na área física a ser limpa e a produtividade de sua mão de obra.

4.1.1.4. O Laboratório possui aproximadamente 80.967,01 metros quadrados, sendo destes 75.280,41 metros quadrados de área verde, 5.273,16 metros quadrados de área asfaltada e 1.437,50 metros quadrados de calçamento/cimento.

4.1.1.5. A área interna engloba o somatório das áreas administrativas, laboratoriais, almoxarifados e depósitos, 22 (vinte e dois) banheiros em uso, e 1 (uma) copa principal e 7 (sete) copas auxiliares.

4.1.1.6. A área externa é formada por áreas verdes que demandam limpeza e manutenção de média frequência (uma vez por quinzena) e de alta frequência (uma vez por semana), além de áreas de passeios e arruamentos.

4.1.1.7. As áreas físicas a serem limpas, a estimativa de produtividade adotada no órgão e os quantitativos de Serventes de Limpeza conforme tal produtividade são os seguintes:

Tipo de Serviço	Área Aproximada (metros quadrado)	Quantidade Serventes de Limpeza	Estimativa da Produtividade de Referência Adotada no LFDA-GO (metros quadrados)	Quantidade Serventes de Limpeza conf. Produtividade de Referência Adotada no LFDA-GO
Áreas Internas - Pisos Frios	830	0,6	800	1,0375
Áreas Internas - Laboratórios	1.382	2,7	380	3,6368
Áreas Internas - Almoxarifados /Galpões	685	0,1	1500	0,4567
Áreas Internas - Banheiros	124	0,4	200	0,6200

Áreas Externas - Pisos Pavimentados Adjacentes/ Contíguos às Edificações	590	0,2	9000	0,0656
Áreas Externas - Varrição de Passeios e Arruamentos	6.711	2,4	9000	0,7457
Áreas Externas - Pátios e Áreas verdes com Alta Frequência	33.237	1,1	16000	2,0773
Áreas Externas - Pátios e Áreas Verdes com Média Frequência	42.199	1,3	30000	1,4066
Esquadrias Externas - Face Externa sem Exposição a Situação de Risco	460	0,6	400	0,0061
Esquadrias Externas - Face Interna	460	0,6	400	0,0061
Total				10,0584

4.1.1.8. Para o encarregado de serviço, a relação definida é de um encarregado para cada 30 (trinta) trinta serventes, ou fração.

4.1.1.9. A quantidade média de postos necessária para viabilizar os trabalhos de limpeza, conservação e higienização é o seguinte:

Categoria profissional	Carga Horária/Mês	Quantitativo
ENCARREGADO DE SERVIÇO	220 H	1
SERVENTE DE LIMPEZA	220 H	10

4.1.1.10. A seleção do profissional deverá ficar inteiramente a cargo da prestadora. A Administração poderá ser consultada pela prestadora do serviço a respeito, mas em hipótese alguma poderá direcionar a contratação de pessoas.

4.1.1.11. A substituição de profissional a pedido da Administração deverá ser realizada.

4.1.1.12. O contratado deverá disponibilizar sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra o posto de Encarregado de Serviço e de Servente de Limpeza, na quantidade prevista na proposta, sendo a parte fracionária menor que 0,5 (meio) poderá ser executada por postos de contrato "volante".

4.1.1.13. O controle de frequência dos empregados do contratado será realizado conforme Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, sendo que:

4.1.1.13.1. o registro de frequência será feito por meio de biometria;

4.1.1.13.2. no caso de registrador eletrônico de ponto convencional - REP-C: os equipamentos deverão ser instalados no prédio da Administração, em local definido pelo contratante; os equipamentos não deverão ser conectados à rede interna do contratante, devendo o contratado providenciar sua própria fonte de captura de dados; e a instalação e manutenção do sistema de ponto eletrônico serão de responsabilidade do contratado.

4.1.1.13.3. no caso de registrador eletrônico de ponto alternativo - REP-A e registrador eletrônico de ponto via programa - REP-P: a localização em que cada registro foi efetuado pelo empregado deverá ser disponibilizada à fiscalização do contrato, mediante de solicitação.

4.1.1.14. A realização de horas extras pelos empregados do contratada somente poderá ocorrer mediante autorização do contratante, com compensação obrigatória até o mês seguinte ao da realização, sendo proibida a remuneração. Na hipótese de rescisão de contrato de qualquer natureza, sem que tenha havido a compensação, o contratado deverá, junto ao empregado, promover a extinção das horas extras trabalhadas dentro dos preceitos legais.

4.1.1.15. Não há previsão de reposição de empregado ausente em intervalo intrajornada.

4.2. Sustentabilidade

4.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1.1. Nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01 /2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.

a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.

b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

g) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

g.1) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

g.2) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

g.3) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

4.3. Uniformes, Equipamentos de Proteção Individual, materiais a serem disponibilizados

4.3.1. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

4.3.1.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

Categoria Profissional	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade Anual por Empregado
ENCARREGADO DE SERVIÇO	CAMISA UNIFORME, MATERIAL: 67% POLIÉSTER E 33% ALGODÃO, TIPO MANGA: CURTA, QUANTIDADE BOLSOS: 1 UN, TIPO BOLSO: LADO ESQUERDO COM LOGOMARCA, COR: VARIADA, TAMANHO: VARIADO, TIPO USO: UNIFORME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FRENTE ABERTA COM BOTÕES E CASEADOS, TIPO CAMISA: SOCIAL, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	2
	CALÇA, MATERIAL: 67% ALGODÃO / 33% POLIÉSTER, MODELO: UNISSEX QUANTIDADE BOLSOS: 2 LATERAIS E 2 TRASEIROS, TIPO CÓS: COM ELÁSTICO E PALA, COR: VARIADA, TAMANHO: VARIADO, APLICAÇÃO: UNIFORME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	2
	MEIA VESTUÁRIO; MATERIAL: 100% ALGODÃO, TIPO: ESPORTIVA, COR: PRETA, TAMANHO: VARIADO, APLICAÇÃO: ADULTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CANO LONGO, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	PAR	4
	TÊNIS; MATERIAL: COURO/COURO SINTÉTICO; MATERIAL SOLA: BORRACHA; TAMANHO: SOB MEDIDA; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CALCANHEIRA COM GEL, CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: COM CADARÇO, SOLADO ANTIDERRAPANTE, PALMILHA ACOLCHOADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA	PAR	2
	CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO, EM PLÁSTICO RÍGIDO, CONTENDO LOGOMARCA DA EMPRESA, FOTO E NOME COMPLETO DO FUNCIONÁRIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	1
SERVENTE DE LIMPEZA I (ÁREAS INTERNAS)	CAMISA UNIFORME, MATERIAL: MALHA PIQUET, TIPO MANGA: CURTA, QUANTIDADE BOLSOS: 1 UN, TIPO BOLSO: LADO ESQUERDO COM LOGOMARCA, COR: VARIADA, TAMANHO: SOB MEDIDA, TIPO USO: UNIFORME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	2
	CALÇA, MATERIAL: 67% ALGODÃO / 33% POLIÉSTER, MODELO: UNISSEX QUANTIDADE BOLSOS: 2 LATERAIS E 2 TRASEIROS, TIPO CÓS: COM ELÁSTICO E PALA, COR: VARIADA, TAMANHO: VARIADO, APLICAÇÃO: UNIFORME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	2
	MEIA VESTUÁRIO; MATERIAL: 100% ALGODÃO, TIPO: ESPORTIVA, COR: PRETA, TAMANHO: VARIADO, APLICAÇÃO: ADULTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CANO LONGO, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	PAR	4
	TOUCA REDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ABA EM TECIDO OXFORD, COR: VARIADA, TAMANHO: VARIADO, APLICAÇÃO: ADULTO, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	PAR	2
	SAPATO SEGURANÇA, MATERIAL: EVA (ETIL VINIL ACETADO), MATERIAL SOLA: ANTIDERRAPANTE, COR: PRETA, TAMANHO: VARIADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FECHADO NA REGIÃO CALCANHAR, PALMILHA DESTACÁVEL, ATENDENDO AS EXIGÊNCIAS DAS NORMAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	PAR	2
	CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO, EM PLÁSTICO RÍGIDO, CONTENDO LOGOMARCA DA EMPRESA, FOTO E NOME COMPLETO DO FUNCIONÁRIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA	UNIDADE	1

SERVENTE DE LIMPEZA II (ÁREAS EXTERNAS)	CAMISA UNIFORME, MATERIAL: MALHA PIQUET, TIPO MANGA: CURTA, QUANTIDADE BOLSOS: 1 UN, TIPO BOLSO: LADO ESQUERDO COM LOGOMARCA, COR: VARIADA, TAMANHO: SOB MEDIDA, TIPO USO: UNIFORME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	2
	MANGUITO PROTEÇÃO UV 50, COMPOSIÇÃO: 94% POLIAMIDA E 6% ELASTANO; PROTEÇÃO UV, ANTIMICROBIAL, SEAMLESS DRY, PROTEÇÃO SOLAR: COM FPS; COR: VARIADA, TAMANHO: VARIADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	PAR	2
	CALÇA, MATERIAL: 67% ALGODÃO / 33% POLIÉSTER, MODELO: UNISSEX QUANTIDADE BOLSOS: 2 LATERAIS E 2 TRASEIROS, TIPO CÓS: COM ELÁSTICO E PALA, COR: VARIADA, TAMANHO: VARIADO, APLICAÇÃO: UNIFORME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	2
	MEIA VESTUÁRIO; MATERIAL: 100% ALGODÃO, TIPO: ESPORTIVA, COR: PRETA, TAMANHO: VARIADO, APLICAÇÃO: ADULTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CANO LONGO, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	PAR	4
	BOTINA SEGURANÇA, MATERIAL: VAQUETA LIXADA, MATERIAL SOLA: POLIURETANO (PU) BI-DENSIDADE, MODELO: COM ELÁSTICO NAS LATERAIS, TIPO SOLA: ANTIDERRAPANTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BIQUEIRA AÇO, CANO CURTO, ACOLCHOADO, TAMANHO: VARIADO, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	PAR	1
	BOTA SEGURANÇA, MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, MATERIAL SOLA: BORRACHA LÁTEX ALTA RESISTÊNCIA, COR: VARIADA, TAMANHO: VARIADO, TIPO CANO: LONGO, TIPO USO: PROTEÇÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM FORRO, ANTIDERRAPANTE, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	PAR	1
	CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO, EM PLÁSTICO RÍGIDO, CONTENDO LOGOMARCA DA EMPRESA, FOTO E NOME COMPLETO DO FUNCIONÁRIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	1
SERVENTE DE LIMPEZA III (ESQUADRIAS EXTERNAS)	BONÉ, MATERIAL CORPO: BRIM, MATERIAL ABA: POLIETILENO, MATERIAL REGULADOR ABERTURA: VELCRO MODELO: TOUCA ÁRABE, COR: VARIADA, TAMANHO: VARIADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MODELO COM PROTEÇÃO PARA PESCOÇO E OMBRO, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	2
	CAMISA UNIFORME, MATERIAL: MALHA PIQUET, TIPO MANGA: CURTA, QUANTIDADE BOLSOS: 1 UN, TIPO BOLSO: LADO ESQUERDO COM LOGOMARCA, COR: VARIADA, TAMANHO: SOB MEDIDA, TIPO USO: UNIFORME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	2
	CALÇA, MATERIAL: 67% ALGODÃO / 33% POLIÉSTER, MODELO: UNISSEX QUANTIDADE BOLSOS: 2 LATERAIS E 2 TRASEIROS, TIPO CÓS: COM ELÁSTICO E PALA, COR: VARIADA, TAMANHO: VARIADO, APLICAÇÃO: UNIFORME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	2
	MEIA VESTUÁRIO; MATERIAL: 100% ALGODÃO, TIPO: ESPORTIVA, COR: PRETA, TAMANHO: VARIADO, APLICAÇÃO: ADULTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CANO LONGO, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	PAR	4
	TOUCA REDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ABA EM TECIDO OXFORD, COR: VARIADA, TAMANHO: VARIADO, APLICAÇÃO: ADULTO, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	PAR	2
	SAPATO SEGURANÇA, MATERIAL: EVA (ETIL VINIL ACETADO), MATERIAL SOLA: ANTIDERRAPANTE, COR: PRETA, TAMANHO: VARIADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FECHADO NA	PAR	2

	REGIÃO CALCANHAR, PALMILHA DESTACÁVEL, ATENDENDO AS EXIGÊNCIAS DAS NORMAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.		
	CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO, EM PLÁSTICO RÍGIDO, CONTENDO LOGOMARCA DA EMPRESA, FOTO E NOME COMPLETO DO FUNCIONÁRIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA	UNIDADE	1

4.3.1.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

4.3.1.2.1. Para cada profissional, serão fornecidos os 2 (dois) uniformes completos novos por ano, salvo se houver quantidade superior definida em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho;

4.3.1.2.2. Os conjuntos completos de uniformes novos serão fornecidos aos empregados no primeiro mês de vigência do contrato ou sempre que identificada a necessidade;

4.3.1.2.3. Os uniformes deverão ser substituídos por novos a cada 12 (doze) meses, independentemente do estado em que se encontrarem, ou sempre que apresentarem defeitos, desgastes ou não atenderem a qualidade mínima exigida, independente do prazo estabelecido, sem qualquer custo adicional para o contratante ou mesmo para o empregado.

4.3.1.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

4.3.1.4. Os uniformes deverão ser entregues aos empregados mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

4.3.2. Para a perfeita execução dos serviços, o contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades, promovendo sua substituição quando necessário.

4.3.2.1. O contratado deverá fornecer os equipamentos de proteção individual que se fizerem necessários para a preservação da saúde e segurança dos trabalhadores, segundo normas de higiene e segurança do trabalho aplicáveis, nas quantidades estimadas e qualidades, promovendo sua substituição quando necessário. Os equipamentos de proteção individual a serem utilizados pelos empregados abaixo, bem como outros eventualmente necessários, serão fornecidos pelo contratado:

Categoria Profissional	Descrição	Unidade de Fornecimento	Previsão de Fornecimento por Empregado	Quantidade Anual por Empregado
SERVENTE DE LIMPEZA I (ÁREAS INTERNAS)	LUVA BORRACHA, MATERIAL: LÁTEX, TAMANHO: VARIADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ANATÔMICA, ANTIDERRAPANTE, TIPO: CANO LONGO, CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: APLICAÇÃO: LIMPEZA GERAL E MANUSEIO DE PRODUTOS QUÍMICOS DOMISSANITÁRIOS, RESISTENTE À ABRASÃO, CORTES, RASGOS E PERFURAÇÕES, ESPESSURA: 0,70MM, REFORÇADA COM NEOPRENE	PAR	2 por mês	24
	MÁSCARA PROTEÇÃO RESP. C/ ANVISA, MODELO: RESPIRADOR DOBRÁVEL, TIPO BICO DE PATO, MATERIAL: CAMADAS FIBRAS SINTÉTICAS, FILTRO: EFICIÊNCIA FILTRAÇÃO MÍN. 94% S, CLASSE: PFF2, N95 OU EQUIVALENTE, ADICIONAL: CARVÃO ATIVADO, COMPONENTE: CLIPE NASAL, TIPO FIXAÇÃO: TIRAS VEDAÇÃO ANATÔMICA, ADICIONAL 2: S/ VÁLVULA, COR: C/ COR, TAMANHO: ADULTO, ESTERILIDADE: DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	6 por mês	72
	PROTETOR AURICULAR, TIPO CONCHA: DUPLA, MATERIAL: SILICONE, MATERIAL HASTE: PLÁSTICO FLEXÍVEL,			

	MATERIAL ALMOFADA: ESPUMA, TAMANHO: ÚNICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÍVEL DE RUÍDO IGUAL OU SUPERIOR A 25 DB, MATERIAL INTERNO: ESPUMA	UNIDADE	1 por ano	1
	ÓCULOS PROTEÇÃO, MATERIAL ARMAÇÃO: PLÁSTICO RÍGIDO, TIPO PROTEÇÃO: AMPLA VISÃO, MATERIAL PROTEÇÃO: POLICARBONATO, TIPO LENTE: POLICARBONATO TRANSLÚCIDO, COR LENTE: INCOLOR, APLICAÇÃO: CONTRA IMPACTOS DE PARTICULAS E RÁIOS ULTRAVIOLETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AJUSTE POR TIRANTE ELÁSTICO APRESILHADAS NAS LATERAIS, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	1 por ano	1
SERVENTE DE LIMPEZA II (ÁREAS EXTERNAS)	MÁSCARA PROTEÇÃO RESP. C/ ANVISA, MODELO: RESPIRADOR DOBRÁVEL, TIPO BICO DE PATO, MATERIAL: CAMADAS FIBRAS SINTÉTICAS, FILTRO: EFICIÊNCIA FILTRAÇÃO MÍN. 94% S, CLASSE: PFF2, N95 OU EQUIVALENTE, ADICIONAL: CARVÃO ATIVADO, COMPONENTE: CLIPE NASAL, TIPO FIXAÇÃO: TIRAS VEDAÇÃO ANATÔMICA, ADICIONAL 2: S/ VÁLVULA, COR: C/ COR, TAMANHO: ADULTO, ESTERILIDADE: DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	6 por mês	72
	PROTETOR SOLAR, TIPO PROTEÇÃO: UVA/UVB, FATOR PROTEÇÃO: FATOR 60, FORMA FARMACÊUTICA: GEL CREME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	FRASCO 200 ML	1 por bimestre	6
	PROTETOR AURICULAR, TIPO CONCHA: PLUGUE, MATERIAL: ELASTÔMERO SINTÉTICO, TAMANHO: ÚNICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CORDÃO PVC. ACOMPANHA CAIXA PLÁSTICA PARA PROTEÇÃO	UNIDADE	1 por ano	1
	PROTETOR AURICULAR, TIPO CONCHA: DUPLA, MATERIAL: SILICONE, MATERIAL HASTE: PLÁSTICO FLEXÍVEL, MATERIAL ALMOFADA: ESPUMA, TAMANHO: ÚNICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÍVEL DE RUÍDO IGUAL OU SUPERIOR A 25 DB, MATERIAL INTERNO: ESPUMA	UNIDADE	1 por ano	1
	ÓCULOS PROTEÇÃO, MATERIAL ARMAÇÃO: PLÁSTICO RÍGIDO, TIPO PROTEÇÃO: AMPLA VISÃO, MATERIAL PROTEÇÃO: POLICARBONATO, TIPO LENTE: POLICARBONATO TRANSLÚCIDO, COR LENTE: INCOLOR, APLICAÇÃO: CONTRA IMPACTOS DE PARTICULAS E RÁIOS ULTRAVIOLETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AJUSTE POR TIRANTE ELÁSTICO APRESILHADAS NAS LATERAIS, CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	UNIDADE	1 por ano	1
SERVENTE DE LIMPEZA III (ESQUADRIAS EXTERNAS)	LUVA BORRACHA, MATERIAL: LÁTEX, TAMANHO: VARIADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ANATÔMICA, ANTIDERRAPANTE, TIPO: CANO LONGO, CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: APLICAÇÃO: LIMPEZA GERAL E MANUSEIO DE PRODUTOS QUÍMICOS DOMISSANITÁRIOS, RESISTENTE À ABRASÃO, CORTES, RASGOS E PERFURAÇÕES, ESPESSURA: 0,70MM, REFORÇADA COM NEOPRENE	UNIDADE	2 por mês	24
	MÁSCARA PROTEÇÃO RESP. C/ ANVISA, MODELO: RESPIRADOR DOBRÁVEL, TIPO BICO DE PATO, MATERIAL: CAMADAS FIBRAS SINTÉTICAS, FILTRO: EFICIÊNCIA FILTRAÇÃO MÍN. 94% S, CLASSE: PFF2, N95 OU EQUIVALENTE, ADICIONAL: CARVÃO ATIVADO, COMPONENTE: CLIPE NASAL, TIPO FIXAÇÃO: TIRAS VEDAÇÃO ANATÔMICA, ADICIONAL 2: S/ VÁLVULA, COR:	UNIDADE	6 por mês	72

C/ COR, TAMANHO: ADULTO, ESTERILIDADE: DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.			
PROTETOR SOLAR, TIPO PROTEÇÃO: UVA/UVB, FATOR PROTEÇÃO: FATOR 60, FORMA FARMACÊUTICA: GEL CREME, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO ACORDADO COM A CONTRATADA.	FRASCO 200 ML	6 por mês	6

4.3.2.2. Os materiais a serem utilizados pelos empregados abaixo, bem como outros eventualmente necessários, serão fornecidos pelo contratado:

Categoria Profissional	Descrição	Unidade de Fornecimento	Previsão de Fornecimento	Quantidade Anual por Categoria
	ÁLCOOL ETÍLICO LIMPEZA DE AMBIENTES, CONCENTRAÇÃO: 70%, APLICAÇÃO: LIMPEZA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÍQUIDO, TIPO: ETÍLICO. CONTENDO CERTIFICADO DE ANÁLISE OU DOCUMENTO SIMILAR QUE ATESTE A CONCENTRAÇÃO DE ETANOL NA FAIXA DE 63 A 77%	LITRO	32 por mês	384
	DESODORANTE / AROMATIZANTE DE AMBIENTE, TIPO: AEROSOL, AROMA: VARIADO, USO: GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INGREDIENTE ATIVO, SOLUBILIZANTE, COADJUVANTE, SPRAY. ODORIZADOR AEROSOL QUE ELIMINE RAPIDAMENTE OS ODORES DESAGRADÁVEIS DO AMBIENTE, COM AÇÃO RÁPIDA E DURAÇÃO DO PERFUME DE UMA HORA. COMPOSIÇÃO: COADJUVANTES, ESTABILIZANTES, CORANTE E FRAGRÂNCIA	FRASCO 400 MILILITROS	20 por mês	240
	FLANELA, MATERIAL: ALGODÃO, COMPRIMENTO: 40 CM, LARGURA: 60 CM, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACABAMENTO NAS BORDAS. 100% ALGODÃO DE 1ª QUALIDADE, MACIA, COM ALTO GRAU DE ABSORÇÃO E SEM DESPRENDIMENTO DE PARTÍCULAS	UNIDADE	10 por mês	120
	DESINFETANTE, COMPOSIÇÃO: À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, FORMA FÍSICA:SOLUÇÃO AQUOSA CONCENTRADA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM AROMA. DESINFETANTE, COMPOSIÇÃO À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM AROMA, PRINCÍPIO ATIVO CLORETO ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO + TENSIOATIVOS, TEOR ATIVO EM TORNO DE 0,4%	LITRO	21 por mês	262
	SOLUÇÃO LIMPEZA MULTIUSO, COMPOSIÇÃO BÁSICA: AQUILBENZENO, SULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVO NÃO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, TIPO USO: LIMPEZA, APLICAÇÃO: LIMPEZA GERAL, COR: INCOLOR. COMPOSIÇÃO			

MÍNIMA: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO; TENSOATIVO NÃO IÔNICO; ALCALINIZANTE; SEQUESTRANTE; SOLUBILIZANTE; ÉTER GLICÓLICO; ÁLCOOL; PERFUME E ÁGUA. O PRODUTO DEVE SER LÍMPIDO, LEVEMENTE AMARELADO, ODOR CARACTERÍSTICO DA VERSÃO, PH DE 10,7 A 11,4, DENSIDADE: 0,992 A 1,007 G/ML, SOLÚVEL EM ÁGUA. DEVE ACOMPANHAR FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTO QUÍMICO (FISPQ). REFERÊNCIA: VEJA MULTIUSO	FRASCO 500 MILILITROS	10 por mês	120
ESPONJA LIMPEZA, MATERIAL: ESPUMA / FIBRA SINTÉTICA, FORMATO: RETANGULAR, ABRASIVIDADE: ALTA, APLICAÇÃO: LIMPEZA GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLA FACE, COMPRIMENTO MÍNIMO: 110 MM, LARGURA MÍNIMA: 75 MM, ESPESSURA MÍNIMA: 20 MM	UNIDADE	10 por mês	120
DETERGENTE COMPOSIÇÃO: ALQUILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO: LIMPEZA EM GERAL, AROMA: NEUTRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO. COM GLICERINA, APLICAÇÃO: LIMPEZA DE USO GERAL, ESTADO FÍSICO: LÍQUIDO VISCOSO, PH: 5,5 A 8,0, MATÉRIA ATIVA ANIÔNICA: 6,50 A 7,90%, PESO MOLECULAR MÉDIO: 342, VISCOSIDADE MÍNIMA DE 200 CPS.	LITRO	25 por mês	300
PASTA LIMPEZA COMPOSIÇÃO: ÓLEO GRAXO, HIDROXINA E ESSÊNCIA EUCALIPTO, APLICAÇÃO: LIMPEZA EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MULTI-USO, BIODEGRADÁVEL	EMBALAGEM 500 GRAMAS	1 por mês	24
SABÃO BARRA, COMPOSIÇÃO BÁSICA: ÁGUA, PIGMENTO, COADJUVANTE, EMOLIENTE, SEQUESTRANTE, PESO: 200 G, FORMATO: RETANGULAR, COR: AMARELA. DEVE CONTER AGENTE ANTIREDEPOSITANTE E ÁGUA, ASPECTO FÍSICO: SÓLIDO, PH: 9 A 10 (SOLUÇÃO 1%), DENSIDADE: 1,0 A 1,05 G/CM3 A 25°C	BARRA 200 GRAMA	10 por mês	120
SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 40 L, COR: PRETA, LARGURA: 65 CM, ALTURA: 75 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REFORÇADO, ESPESSURA: 4 MICRA, APLICAÇÃO: RESÍDUOS COMUNS DIVERSOS, MATERIAL: POLIETILENO. FABRICADO COM MATÉRIA-PRIMA VIRGEM. A FABRICAÇÃO, BEM COMO OS ENSAIOS DESTA, DEVEM ESTAR RIGOROSAMENTE DE ACORDO COM ABNT NBR 9191:2008.	PACOTE 100 UNIDADE	5 por mês	60
SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 100 L, COR: PRETA, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO, MATERIAL: POLIETILENO. FABRICADO COM MATÉRIA-PRIMA VIRGEM. A FABRICAÇÃO, BEM COMO OS	PACOTE 100 UNIDADE	5 por mês	60

SERVENTE DE LIMPEZA I (ÁREAS INTERNAS)	ENSAIOS DESTA, DEVEM ESTAR RIGOROSAMENTE DE ACORDO COM ABNT NBR 9191:2008.			
	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 200 L, COR: PRETA, LARGURA: 90 CM, ALTURA: 110 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REFORÇADO, ESPESSURA: 12 MICRA MICRA, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO, MATERIAL: POLIETILENO. FABRICADO COM MATÉRIA-PRIMA VIRGEM. FABRICAÇÃO, BEM COMO OS ENSAIOS DESTA, DEVEM ESTAR RIGOROSAMENTE DE ACORDO COM ABNT NBR 9191:2008.	PACOTE 100 UNIDADE	1 por mês	24
	SAPONÁCEO, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS ANIÔNICOS, ALCALINIZANTES, AGENTE, APLICAÇÃO: LIMPEZA PISOS, PAREDES E LOUÇAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BIODEGRADÁVEL, ASPECTO FÍSICO: PÓ. ASPECTO (ESTADO FÍSICO, FORMA E COR): LÍQUIDO VISCOSO, ODOR E LIMITE DE ODOR: CARACTERÍSTICO, PH: < 10,8, QUIMICAMENTE ESTÁVEL NAS CONDIÇÕES DE MANUSEIO, ARMAZENAMENTO E UTILIZAÇÃO.	FRASCO 300 GRAMA	7 por mês	84
	PANO LIMPEZA, MATERIAL: 100% ALGODÃO, COMPRIMENTO: 70 CM, LARGURA: 40 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LAVADO, ALVEJADO, BAINHA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO. APLICAÇÃO: LIMPEZA PESADA. ALTO GRAU ABSORÇÃO, SEM DESPRENDIMENTO DE PARTÍCULAS. COR BRANCA	UNIDADE	10 por mês	120
	HIPOCLORITO DE SÓDIO ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, CONCENTRAÇÃO: TEOR MÍNIMO DE 5% DE CLORO ATIVO. O PRODUTO FORNECIDO DEVE SER EXCLUSIVAMENTE DE USO PROFISSIONAL. COMPOSIÇÃO: CADA 100 ML DA SOLUÇÃO DEVERÁ CONTER HIPOCLORITO DE SÓDIO 10% P/V 50%, ÁGUA DEIONIZADA Q.S.P. 100%, ASPECTO: LÍQUIDO, COR: LÍMPIDO AMARELO PÁLIDO ESVERDEADO, ODOR: CARACTERÍSTICO DE CLORO, PH: 10,00 A 13,00 DENSIDADE (G/CM³): 1,000 A 1,100 DOSEAMENTO (%): MAIOR OU IGUAL A 5,0. DEVERÁ SER FORNECIDO JUNTAMENTE COM A FICHA TÉCNICA DE SEGURANÇA PARA PRODUTO QUÍMICO.	LITRO	30 por mês	360
	PAPEL HIGIÊNICO MATERIAL: CELULOSE VIRGEM, COMPRIMENTO: 300 M, LARGURA: 10 CM, QUANTIDADE FOLHAS: DUPLA, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EXTRAMACIO, NÃO PICOTADO. PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL: CELULOSE VIRGEM, COMPRIMENTO: 300 M LARGURA: 10 CM, QUANTIDADE FOLHAS:	ROLO 300 METROS	12 por mês	144

<p>DUPLA, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EXTRA MACIO, NÃO PICOTADO. CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: COM ALTO GRAU DE ABSORÇÃO, RESISTENTE E HOMOGÊNEO. DENSIDADE: 14-16 G/M²</p>			
<p>TOALHA DE PAPEL, MATERIAL: 100% FIBRA CELULOSE VIRGEM, TIPO FOLHA: 2 DOBRAS, COMPRIMENTO: 22 CM, LARGURA: 21,60 CM, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INTERFOLHADA. AS TOALHAS DEVEM SER ULTRA ABSORVENTES, POSSUINDO PREFERENCIALMENTE TECNOLOGIA AIRFLEX COM TEXTURA DE TECIDO E FIBRAS DE ALGODÃO QUE PROPORCIONAM UMA SECAGEM MAIS AGRADÁVEL E DELICADA. GRAMATURA MÍNIMA: 40 G/M2, LARGURA DA FOLHA: 223 MM, COMPRIMENTO: 241 MM.</p>	PACOTE 1000 UNIDADES	30 por mês	360
<p>SABONETE LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO VISCOSO PEROLADO, COR: VARIADA, ACIDEZ: 8 A 9,50, APLICAÇÃO: INDUSTRIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TEOR ATIVO 14 A 16 PORCENTO, AROMA: VARIADO. ASPECTO: LÍQUIDO VISCOSO, PH: 6,0 A 8,0, ODOR: CARACTERÍSTICO DA ESSÊNCIA, DENSIDADE A 20°C: 1,010 A 1,030 G/CM3, VISCOSIDADE 2440 A 3170 MPAS. DEVE SER GLICERINADO, LIVRE DE PARABENOS, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, HIPOALERGÊNICO E NÃO TESTADO EM ANIMAIS.</p>	LITRO	10 por mês	120
<p>ÁLCOOL ETÍLICO LIMPEZA DE AMBIENTES, TIPO: ETÍLICO HIDRATADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GEL, CONCENTRAÇÃO: 70%</p>	LITRO	10 por mês	120
<p>REMOVEDOR, TIPO: ALCALINIZANTES E SOLVENTES ESPECIAIS, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, APLICAÇÃO: REMOÇÃO CERA ACRÍLICA E SUJEIRAS EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TEOR DE NÃO VOLÁTEIS MÍNIMO DE 17%, TEOR ACIDEZ: PH DE 13 A 14%, DILUIÇÃO: 1 LITRO PARA 6 LITROS DE ÁGUA</p>	LITRO	2 por mês	24
<p>LIMPADOR BASE ÁCIDA, COMPOSIÇÃO BÁSICA: ÁCIDO SULFÔNICO, FLUORÍDRICO E MURIÁTICO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, COR: INCOLOR, APLICAÇÃO: LIMPEZA DE PISOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BIODEGRADÁVEL</p>	LITRO	2 por mês	24
<p>CERA ACRÍLICA - CERA ACRÍLICA AUTO BRILHO PARA ACABAMENTO E PROTEÇÃO DE PISOS E LAMINADOS. ASPECTO: LÍQUIDO LEITOSO, PH (TAL QUAL): 7,5 – 8,8, TEOR DE SÓLIDOS NÃO VOLÁTEIS: 20%. COMPOSIÇÃO: AGENTE FORMADOR DE FILME, PLASTIFICANTE, ADITIVO, ADJUVANTE, COADJUVANTE,</p>	LITRO	10 por mês	120

AGENTE NIVELADOR, CONSERVANTE E ÁGUA. PRINCÍPIO ATIVO: POLÍMERO ACRÍLICO 15%			
BLOQUEADOR DE ODORES SANITÁRIOS, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO NÃO IÔNICO, SOLVENTE, EMULSIFICANTE, CONSERVANTE, ÓLEOS ESSENCIAIS, FRAGRÂNCIA E VEÍCULO. ASPECTO: LÍQUIDO SPRAY. REFERÊNCIA: FREECÔ, SECAR MOMENTO SECRETO, COALA E SIMILARES	UNIDADE	20 por mês	240
LIMPADOR BASE ÁCIDA, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, APLICAÇÃO: LIMPEZA EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONCENTRADO DE MISTURA AQUOSA BIODEGRADÁVEL. LIMPADOR PARA PORCELANATO QUE ATUE SEM AGREDIR OU MANCHAR A SUPERFÍCIE DE PISOS FINOS. APLICAÇÃO: PISOS FRIOS COM BAIXA POROSIDADE. ASPECTO: LÍQUIDO CONCENTRADO LÍMPIDO, COR E ODOR: CARACTERÍSTICOS DA VERSÃO, PH: 10,5 A 11,5, DENSIDADE: (G/ML): 1,020 A 1,040	LITRO	10 por mês	120
CERA SEMI-SINTÉTICA, ORIGEM: A BASE DE EMULSÃO DE SEBO BOVINO, APRESENTAÇÃO: ÓLEO, TIPO USO: HIDRATAÇÃO E SATURAÇÃO DE COUROS, APLICAÇÃO: ARTEFATOS DE COURO EM GERAL. PH NEUTRO E RESERVA ALCALINA CONTENDO FUNGICIDA	FRASCO 250 GRAMAS	5 por mês	60
ÁGUA SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, TEOR CLORO ATIVO: VARIA DE 2 A 2,50%, COR: INCOLOR, APLICAÇÃO: LAVAGEM E ALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIRAS, PIAS. ESTADO FÍSICO: LÍQUIDO, ASPECTO: LÍMPIDO, COR: AMARELO, ODOR: CARACTERÍSTICO, PH: 11,50 – 13,00, TEOR DE CLORO ATIVO (%): 2,00 – 2,50, DENSIDADE: 1,030 – 1,045 G/ML (25° C), PONTO DE EBULIÇÃO INICIAL E FAIXA DE TEMPERATURA DE EBULIÇÃO: 110°C. REFERÊNCIA: QBOA OU SIMILAR.	LITRO	2 por mês	24
DESENGRIMPANTE, COMPOSIÇÃO: DESTILADO ALIFÁTICO, ÓLEOS DE PETRÓLEO/MINERAL, APRESENTAÇÃO: SPRAY, APLICAÇÃO: USO GERAL. SPRAY COM BICO INTELIGENTE E CANUDO EXTENSOR. REFERÊNCIA: WD-40 FLEXTOP OU SIMILAR.	FRASCO 500 ML	1 por mês	12
DETERGENTE, COMPOSIÇÃO: HIDRÓXIDO DE SÓDIO/HIPOCLORITO DE SÓDIO /DISPERSANTE, APLICAÇÃO: DESENTUPIR PIAS, RALOS E VASOS SANITÁRIOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DESINCRUSTANTE PH (PURO) 12,5 A 13,5, DENSIDADE, ASPECTO FÍSICO: GRANULADO	QUILOGRAMA	1 por mês	12

	POLIDOR DE METAIS - POLIDOR, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO BRANCO AMARELADO, SUSPENSÃO LEITOSA, APLICAÇÃO: LIMPEZA DE METAIS	EMBALAGEM 200 ML	1 por bimestre	6
SERVENTE DE LIMPEZA II (ÁREAS EXTERNAS)	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 40 L, COR: PRETA, LARGURA: 65 CM, ALTURA: 75 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REFORÇADO, ESPESSURA: 4 MICRA, APLICAÇÃO: RESÍDUOS COMUNS DIVERSOS, MATERIAL: POLIETILENO. FABRICADO COM MATÉRIA-PRIMA VIRGEM. A FABRICAÇÃO, BEM COMO OS ENSAIOS DESTA, DEVEM ESTAR RIGOROSAMENTE DE ACORDO COM ABNT NBR 9191:2008.	PACOTE 100 UNIDADE	3 por mês	36
	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 100 L, COR: PRETA, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO, MATERIAL: POLIETILENO. FABRICADO COM MATÉRIA-PRIMA VIRGEM. A FABRICAÇÃO, BEM COMO OS ENSAIOS DESTA, DEVEM ESTAR RIGOROSAMENTE DE ACORDO COM ABNT NBR 9191:2008.	PACOTE 100 UNIDADE	3 por mês	36
	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 200 L, COR: PRETA, LARGURA: 90 CM, ALTURA: 110 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REFORÇADO, ESPESSURA: 12 MICRA MICRA, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO, MATERIAL: POLIETILENO. FABRICADO COM MATÉRIA-PRIMA VIRGEM. FABRICAÇÃO, BEM COMO OS ENSAIOS DESTA, DEVEM ESTAR RIGOROSAMENTE DE ACORDO COM ABNT NBR 9191:2008.	PACOTE 100 UNIDADE	2 por mês	24
SERVENTE DE LIMPEZA III (ESQUADRIAS EXTERNAS)	DETERGENTE COMPOSIÇÃO: ALQUILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO: LIMPEZA EM GERAL, AROMA: NEUTRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO. COM GLICERINA, APLICAÇÃO: LIMPEZA DE USO GERAL, ESTADO FÍSICO: LÍQUIDO VISCOSO, PH: 5,5 A 8,0, MATÉRIA ATIVA ANIÔNICA: 6,50 A 7,90%, PESO MOLECULAR MÉDIO: 342, VISCOSIDADE MÍNIMA DE 200 CPS.	LITRO	5 por mês	60
	LIMPA-VIDRO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO BUTIL ÉTER-TRIPOLIFOSFATO DE SÓDIO, ETANOL 14 %.	FRASCO 500 ML	10 por mês	120

4.3.2.3. Os equipamentos a serem utilizados pelos empregados abaixo, bem como outros eventualmente necessários, serão disponibilizados pelo contratado:

Categoria Profissional	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade por Categoria
	CARRINHO TRANSPORTE MATERIAL: METAL, CAPACIDADE: 200 A 280 KG, ALTURA: 126 CM, LARGURA: 41 CM, PROFUNDIDADE: 26 CM, QUANTIDADE RODAS: 2, MATERIAL RODAS: PNEU COM CÂMARA DE AR, TIPO: PLATAFORMA , APLICAÇÃO: TRANSPORTE DE MATERIAIS	UNIDADE	1

SERVENTE DE LIMPEZA I (ÁREAS INTERNAS)	ESCADA MATERIAL: ALUMÍNIO, TIPO: ARTICULADA, QUANTIDADE DE GRAUS: 12 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DEGRAUS ANTIDERRAPANTE, CARGA MÍNIMA 100KG, CALÇO	UNIDADE	1
	ESCADA, MATERIAL: ALUMÍNIO, TIPO: DOBRÁVEL, QUANTIDADE DE GRAUS: 6 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PATAMAR EMBORRACHADO/ANTIDERRAPANTE,CALÇO, BORRACHA	UNIDADE	1
	ENCERADEIRA TIPO: INDUSTRIAL, POTÊNCIA MOTOR: 800 W, TIPO MOTOR: MONOFÁSICO, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 V, DIÂMETRO ESCOVA: 380 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESCOVA DE PÊLO, SUPORTE MADEIRA E LIXA	UNIDADE	1
	ASPIRADOR DE PÓ E ÁGUA, MATERIAL: PLÁSTICO INJETADO, CAPACIDADE: 20 L, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BOCAIS, PROLONGADOR E FILTRO DE PAPEL, POTÊNCIA: 1.200 W	UNIDADE	1
	CAVALETE SINALIZAÇÃO, MATERIAL: PLÁSTICO RÍGIDO, COMPRIMENTO: 0,90 M, LARGURA: 0,62 M, ALTURA: 1,05 M, PESO: 4,30 KG, COR: AMARELA COM LEGENDA PRETA. TIPO SINALIZADOR: ADVERTÊNCIA PISO ESCORREGADIO	UNIDADE	10
	CONE SINALIZAÇÃO, MATERIAL: POLIETILENO SEMIFLEXÍVEL, ALTURA: 95 CM, LARGURA BASE: 40 X 40 CM, COR: LARANJA COM 2 FAIXAS CINZAS REFLETIVAS, ACESSÓRIOS: BASE REMOVÍVEL EM BORRACHA	UNIDADE	10
	DISPENSER HIGIENIZADOR, MATERIAL: PLÁSTICO ABS, CAPACIDADE: 800 ML, TIPO FIXAÇÃO: PAREDE, COR: BRANCA, APLICAÇÃO: MÃOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VISOR FRONTAL PARA ÁLCOOL GEL OU SABONETE LÍQUIDO	UNIDADE	90
	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA - DISPENSER PAPEL TOALHA, INTERFOLHADA, MATERIAL: PLÁSTICO ABS, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FIXAÇÃO POR BUCHA E PARAFUSOS, DIMENSÕES APROXIMADAS: 32 X 27 X 14 CM	UNIDADE	60
	DISPENSER PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL BASE: PLÁSTICO ABS, TIPO: DE PAREDE, COR: BRANCO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TRAVA PARA ROLO DE ATÉ 300 M, ALTURA: 27 CM, LARGURA: 27 CM, PROFUNDIDADE: 12,50 CM	UNIDADE	30
	ESPÁTULA MATERIAL LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: MADEIRA, APLICAÇÃO: MASSA E RASPAGEM, COMPRIMENTO: 135 MM, LARGURA: 100 M	UNIDADE	5
	BALDE MATERIAL: PLÁSTICO, TAMANHO: MÉDIO, MATERIAL ALÇA: ARAME GALVANIZADO, CAPACIDADE: 12 L, COR: PRETA	UNIDADE	18
	BALDE MATERIAL: PLÁSTICO, TAMANHO: EXTRA, MATERIAL ALÇA: ARAME GALVANIZADO, CAPACIDADE: 20 L, COR: PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO APLICÁVEL	UNIDADE	18
	BORRIFADOR MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: SPRAY, CONTENDO BICO BORRIFADOR, CAPACIDADE: 500 ML, APLICAÇÃO: ACONDICIONAR SOLUÇÃO REVELADORA	UNIDADE	76
	DESENTUPIDOR PIA MATERIAL: BORRACHA FLEXÍVEL, COR: PRETA, ALTURA: 7 CM, DIÂMETRO: 11 CM, MATERIAL CABO: PLÁSTICO, COMPRIMENTO CABO: 10 CM	UNIDADE	2
	DESENTUPIDOR VASO SANITÁRIO MATERIAL: BORRACHA FLEXÍVEL, COR: PRETA, ALTURA: 10 CM, DIÂMETRO: 16 CM, MATERIAL CABO: MADEIRA, COMPRIMENTO CABO: 50 CM	UNIDADE	2
	ESCOVA LIMPEZA GERAL, MATERIAL CORPO: PLÁSTICO, MATERIAL CERDAS: NÁILON, CARACTERÍSTICAS	UNIDADE	22

	ADICIONAIS: FORMATO ARREDONDADO, APLICAÇÃO: VASO SANITÁRIO, CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: COMPRIMENTO: 40CM, LARGURA: 15CM, ALTURA: 15CM		
	ESPANADOR MATERIAL: PENA AVESTRUZ, MATERIAL CABO: MADEIRA, COMPRIMENTO CABO: 40 CM	UNIDADE	5
	PÁ COLETORA LIXO MATERIAL COLETOR: ALUMÍNIO ZINCADO, MATERIAL CABO: MADEIRA, COMPRIMENTO CABO: 80 CM, COMPRIMENTO: 20 CM, LARGURA: 20 CM, APLICAÇÃO: LIMPEZA	UNIDADE	6
	RODO MATERIAL CABO: ALUMÍNIO, MATERIAL SUPORTE: ALUMÍNIO, QUANTIDADE BORRACHAS: 2 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 65 CM, COM MANOLA, ALTURA MÍNIMA 1,50 M	UNIDADE	36
	VASSOURA MATERIAL CERDAS: PIAÇAVA, MATERIAL CABO: MADEIRA, MATERIAL CEPA: MADEIRA , COMPRIMENTO CEPA: 40 CM, COMPRIMENTO CERDAS: MÍNIMO 9 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO ROSQUEADO , TIPO: GARI	UNIDADE	6
	VASSOURA MATERIAL CERDAS: SISAL, MATERIAL CABO: MADEIRA, TIPO: VASCULHO, APLICAÇÃO: LIMPEZA TETO, COMPRIMENTO CABO: 300 CM	UNIDADE	20
	ESCOVA LIMPEZA GERAL MATERIAL CORPO: PLÁSTICO MATERIAL CERDAS: NÁILON, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIRA LIMO, COMPRIMENTO: 19 CM, LARGURA: 2,50 C	UNIDADE	24
	ROÇADEIRA MANUAL TIPO MOTOR: GASOLINA, POTÊNCIA MOTOR: 1,7 KW, TIPO CORTADOR: LÂMINA 3 PONTAS, ROTAÇÃO: 12.50, RPM, TIPO EMPUNHADEIRA: ALÇA REGULÁVEL /CINTURÃO DUPLO, ERGONÔMICO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TANQUE COMBUSTÍVEL: 0,58 L /IGNIÇÃO ELETRÔNICA	UNIDADE	2
	LAVADORA ALTA PRESSÃO, PRESSÃO:500 PSI, VAZÃO:26 L /MIN, TENSÃO:220 V, POTÊNCIA CONSUMIDA:3 HP, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:3 PISTÕES COM MANGUEIRA COMPLETA E ACESSÓRIOS, TIPO:LAVAJATO, MODELO: PROFISSIONAL, ACESSÓRIOS: 10 METROS DE MANGUEIRA COM ESGUICHO REGULÁVEL	UNIDADE	1
	ROÇADEIRA MANUAL, TIPO MOTOR:ELÉTRICO, POTÊNCIA MOTOR:1 HP, TIPO CORTADOR: FIO NÁILON E /OU LÂMINA AÇO, ROTAÇÃO: 9.000 RPM, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 V, PESO APROXIMADO: 5 KG, TIPO EMPUNHADEIRA: GUIDÕES AJUSTÁVEIS, COR: VERMELHA	UNIDADE	1
	SOPRADOR TIPO: PORTÁTIL, ACIONAMENTO: GASOLINA, POTÊNCIA: 2.5 HP, VOLUME AR: 29 M3/MIN, APLICAÇÃO: REMOÇÃO DE FOLHAS DE ÁRVORES , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MOTOR 2 TEMPOS, VELOCIDADE: 7.200 RPM SOPRADOR TIPO: PORTÁTIL, ACIONAMENTO: GASOLINA, POTÊNCIA: 2.5 HP, VOLUME AR: 29 M3/MIN, APLICAÇÃO: REMOÇÃO DE FOLHAS DE ÁRVORES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MOTOR 2 TEMPOS, VELOCIDADE: 7.200 RP	UNIDADE	1
	EXTENSÃO ELÉTRICA, TIPO: CABO PP PLANO, COMPRIMENTO: 40 M, TENSÃO: 250 V, CORRENTE: 10 A, SEÇÃO NOMINAL: 2,5 MM , ACESSÓRIOS: 5 TOMADAS FÊMEAS E PLUGUE TERRA	UNIDADE	1
	EXTENSÃO ELÉTRICA, TIPO: PP CARRETEL , COMPRIMENTO: 20 M, COMPONENTES: 3 TOMADAS, 2P+T., SEÇÃO NOMINAL: 2,50 MM , NÚMERO PÓLOS: 2, 2 FORMAÇÃO DO CABO: DUPLA ISOLAÇÃO, 20A, BIVOLT V F. MM2, COR: PRETO, POTÊNCIA MÁXIMA: 110V-1.650 W / 220V-3.300W W	UNIDADE	1
	CARRINHO MÃO MATERIAL CAÇAMBA: CHAPA AÇO GALVANIZADO , MATERIAL PÉS: FERRO , QUANTIDADE		

SERVENTE DE LIMPEZA II (ÁREAS EXTERNAS)	RODA: 1 UN, TIPO RODA: PNEU COM CÂMARA, CAPACIDADE CAÇAMBA: 100	UNIDADE	1
	ASPERSOR MATERIAL: TERMOPLÁSTICO, DIÂMETRO: 1 POL, QUANTIDADE SAÍDA: 2, TIPO: IMPACTO, PRESSÃO: 16 A 35 MCA, VAZÃO: 1,44 A 1,86 M3/H, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIÂMETRO IRRIGADO 20 A 24 M	UNIDADE	1
	COMPRESSOR DE AR, PRESSÃO MÁXIMA: 40 LBF /POL2, POTÊNCIA MOTOR: 1/4 HP, VAZÃO: 16 L/MIN, TENSÃO: 220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PORTÁTIL, COM MANGUEIRA ESPIRAL 3M E DESLOCAMENTO, APLICAÇÃO: LIMPEZA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS. CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE AR: 2,3 PCM, ROTAÇÃO (RPM): 1.750/MIN, CONEXÃO DE SAÍDA: 1/4" NPT MACHO, FREQUÊNCIA: 60 HZ, MASSA APROXIMADA (PESO): 9.77 KG.	UNIDADE	1
	VASSOURA JARDINAGEM TIPO: REGULÁVEL, MATERIAL CERDAS: AÇO SAE 1070, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMPRIMENTO CABO: 120 CM/CERDAS REDONDAS , QUANTIDADE LÂMINAS: 22 U	UNIDADE	1
	FERRAMENTA PADRÃO: FERRAMENTA COMBINADA, TIPO: RASTELO, MATERIAL: AÇO, CABO: MADEIRA, USO: CAPINA E LIMPEZA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ENXADA: LÂMINA 24,75 CM; RASTELO: 6 DENTES DE 9 CM	UNIDADE	5
	PÁ MATERIAL CABO: MADEIRA, APLICAÇÃO: JARDINAGEM, MATERIAL: AÇO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PÁ MANUAL PRA JARDINAGEM	UNIDADE	1
	ENXADA MATERIAL: AÇO CARBONO, LARGURA: 296 MM, MATERIAL CABO: MADEIRA, COMPRIMENTO CABO: 150 C	UNIDADE	5
	ESTROVENGIA MATERIAL: AÇO CARBONO, TIPO: LEVE, COMPRIMENTO: 215 MM, COMPRIMENTO OLHO: 60 MM, DIÂMETRO: 35 MM, MATERIAL CABO: MADEIRA, TRATAMENTO SUPERFICIAL: PINTURA ELETROSTÁTICA	UNIDADE	1
	ANCINHO JARDINAGEM MATERIAL: AÇO, QUANTIDADE DENTES: 14 UN, ALTURA DENTES: 92 MM, LARGURA TOTAL: 35 MM, ESPESSURA DENTES: 3,75 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO MADEIRA	UNIDADE	1
	TESOURA PODA MATERIAL LÂMINA: AÇO SAE 1.060, MATERIAL CABO: MADEIRA, PESO: 660 G, COMPRIMENTO CABO: 21,50 CM, TIPO USO: PARA CERCA VIVA, APLICAÇÃO: JARDINAGEM	UNIDADE	1
	FOICE MATERIAL: AÇO, COMPRIMENTO LÂMINA: 40 CM, COMPRIMENTO CABO: 1,50	UNIDADE	1
	MANGUEIRA JARDIM MATERIAL: PVC E POLIÉSTER TRANÇADO , DIÂMETRO: 3/4 POL, PRESSÃO MÁXIMA: 10 BAR., COMPRIMENTO: 50 M, COR: CRISTAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TRÊS CAMADAS INTERMEDIÁRIA DE PVC TRANSPARENTE	UNIDADE	2
	ESPÁTULA MATERIAL LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO: MADEIRA, APLICAÇÃO: MASSA E RASPAGEM, COMPRIMENTO: 135 MM, LARGURA: 100 M	UNIDADE	1
	ADAPTADOR MANGUEIRA MATERIAL: PLÁSTICO ABS, BITOLA: 1/2 PO	UNIDADE	5
SERVENTE DE LIMPEZA III (ESQUADRIAS EXTERNAS)	ESCADA EXTENSÍVEL DE ALUMÍNIO - ESCADA EXTENSÍVEL DE ALUMÍNIO, CAPACIDADE 120 KG, TIPO SAPATA BORRACHA ANTIDERRAPANTE, TIPO DEGRAUS (2 X 6) PLANO ESTRIADO, QUANTIDADE DEGRAUS 12 UN, ALTURA FECHADA 2,10 M, ALTURA ABERTA 1,90 M, MATERIAL ALUMÍNIO, ALTURA ESTENDIDA 3,30 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RODÍZIOS NA PARTE SUPERIOR	UNIDADE	1
	LIMPADOR VIDRO MATERIAL CABO: PVC, MATERIAL BASE:		

POLIPROPILENO, COMPRIMENTO CABO: 45 CM, COMPRIMENTO BASE: 20,50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 2 LADOS: BORRACHA ESPECIAL E ESPONJA SINTÉTICA: COM EXTENSOR	UNIDADE	5
---	---------	---

4.3.2.4. Os equipamentos de proteção individual, materiais e equipamentos devem atender aos seguintes parâmetros mínimos:

4.3.2.4.1. Os equipamentos de proteção individual e materiais a demandar ao longo do contrato serão fornecidos mensalmente ou sempre que identificada a necessidade;

4.3.2.4.2. Quando da entrega dos equipamentos de proteção individual e materiais, o contratado deverá verificar se foi utilizado todo o quantitativo entregue na parcela anterior e, caso haja materiais não utilizados, deverá ser feita a reposição apenas do quantitativo faltante para o consumo estimado, a fim de evitar desperdícios ou o acúmulo de materiais desnecessários, bem como haver uma compensação para quando houver necessidade de quantitativos maiores que o estimado;

4.3.2.4.3. Os equipamentos a demandar ao longo do contrato serão fornecidos no primeiro mês de prestação dos serviços ou sempre que identificada a necessidade;

4.3.2.4.4. A Administração não pagará o preço integral dos equipamentos disponibilizados, mas somente o custo da depreciação dos bens durante a vigência do contrato, ou seja, o contratado permanecerá como proprietário dos bens, sendo que, após o encerramento da vigência do contrato, poderá retirá-los das dependências do contratante;

4.3.2.4.5. Para o cálculo da depreciação de equipamentos, será adotado a vida útil de 5 (cinco) anos e valor residual de 20% (vinte por cento), mediante a aplicação da seguinte fórmula: Depreciação mensal = (Valor total dos equipamentos x (1,00 - 0,20)) / (12 x 5);

4.3.2.4.6. Os equipamentos do contratado deverão ser identificados para que não se confundam com os bens pertencentes à Administração;

4.3.2.4.7. Os equipamentos de proteção individual, materiais e equipamentos poderão ser armazenados em local a ser disponibilizado pela Administração, cuja guarda deve ficar sob a responsabilidade do contratado;

4.3.2.4.8. Os equipamentos de proteção individual, materiais e equipamentos deverão ser substituídos sempre que apresentarem defeitos ou não atenderem a qualidade mínima exigida, independente do prazo estabelecido para fornecimento, sem qualquer custo adicional para o contratante;

4.3.2.4.9. A entrega dos equipamentos de proteção individual, materiais e equipamentos nas dependências da Administração deverá ser realizada mediante a emissão de recibo de servidor ou empregado a serviço do contratante, em que constará a quantidade dos produtos entregues e, se houver, a quantidade dos mesmos produtos que já estavam armazenados no local. Cópia, acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

4.3.3. Todos os custos com uniformes, equipamentos de proteção individual, materiais e equipamentos deverão constar na Planilha de Custos e Formação de Preços e a estimativa de custos deverá ser estabelecida pelo contratado com base nos quantitativos dos serviços.

4.3.4. Caso julgue que os uniformes, equipamentos de proteção individual e materiais e equipamentos previstos não sejam suficientes para o atendimento do objeto da contratação, o contratado deverá complementá-los em sua proposta, sob pena de arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.5. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades do contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base no art. 124, II, b, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.4.1. Não se aplica.

4.5. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.5.1. Não identificado ou não se aplica.

4.6. Da exigência de carta de solidariedade

4.6.1. Não se aplica.

4.7. Garantia da contratação

4.7.1. A contratação contará com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme as regras previstas no presente tópico.

4.7.1.1. O valor da garantia corresponderá a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados do contratado que venham a participar da execução dos serviços contratados.

4.7.1.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.7.1.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até **10 dias** úteis após a assinatura do contrato.

4.7.1.4. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.7.1.5. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.7.1.6. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvada hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração.

4.7.1.7. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.7.1.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

4.7.1.8.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.7.1.8.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

4.7.1.8.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

4.7.1.9. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 4.7.7, observada a legislação que rege a matéria.

4.7.1.10. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.7.1.11. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

4.7.1.12. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.7.1.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.7.1.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que for notificada.

4.7.1.15. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.7.1.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.7.1.15.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.7.1.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

4.7.1.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.7.1.18. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.7.1.19. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.7.1.20. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.7.1.21. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

4.7.1.21.1. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste instrumento.

4.7.1.22.2. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente neste Termo de Referência.

4.8. Garantia do serviço

4.8.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.9. Transição Contratual

4.9.1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

4.9.1.1. Deverão ser realizados os procedimentos de fiscalização administrativa previstos no Anexo VIII-B da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017;

4.9.1.2. Deverão ser revogados os acessos a áreas internas controlados por meio biométrico ou senha aos empregados do contratado estritamente responsáveis pela limpeza e conservação dos locais;

4.9.1.3. Deverão ser recolhidos os equipamentos após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de até 30 (trinta) dias, após os quais, não sendo estes recolhidos, a Administração poderá deles dispor.

4.10. Vistoria prévia

4.10.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **09 horas às 16 horas**.

4.10.1.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10.1.2. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10.1.2.1. A intenção de realizar vistoria deverá ser comunicada, com antecedência mínima de **1 (um) dia útil**, ao(à) **Núcleo de Atividades Gerais**, por meio do e-mail **sag.lfda-go@agro.gov.br**.

4.10.1.2.2. Após conhecimento da intenção de realização de vistoria, o(a) **Núcleo de Atividades Gerais** comunicará a data e horário agendados para tal procedimento.

4.10.1.2.3. Não serão admitidas solicitações de vistoria que não estejam de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento.

4.10.1.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal, conforme Anexo III - Modelo de Declaração de Conhecimento, assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.10.1.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Condições de Execução

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1.1. Início da execução do objeto: **5 (cinco) dias úteis** após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante justificativa por escrito apresentada pelo contratado antes do vencimento e aceita pela Administração.

5.1.1.1.1. Até o início da execução do contrato deverá(ão):

5.1.1.1.1.1. ser entregue pelo contratado toda documentação necessária para garantia da segurança e plena execução do objeto contratual, tais como termos, declarações e certificações.

5.1.1.1.1.2. ser disponibilizada pelo contratado no mínimo 1/2 (metade) da mão de obra necessária a execução dos serviços, devidamente uniformizados e equipados com equipamentos de proteção individual, sendo o restante da mão de obra disponibilizado até o final do primeiro mês de execução, sem prejuízo da qualidade mínima exigida e de eventuais descontos proporcionais no pagamento.

5.1.1.1.1.3. ser fornecidos pelo contratado no mínimo 1/3 (um terço) dos materiais necessários a execução dos serviços, sendo o restante dos materiais fornecido até o final do primeiro mês de execução, sem prejuízo da qualidade mínima exigida.

5.1.1.1.1.4. ser disponibilizados e instalados pelo contratado, nos locais indicados pela Administração, todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, tais como desadores de produtos de limpeza, dispensers, rodos, vassouras etc.

5.1.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.1.2.1. Limpeza e conservação de Áreas Internas (item(ns) 1 a 4):

a) Procedimento(s):

Realizar as rotinas de execução nas frequências e periodicidades previstas, preferencialmente nos períodos de menor movimentação nas respectivas unidades.

Observar as orientações prévias sobre as particularidades dos procedimentos de limpeza para cada unidade.

Almoxarifados/ galpões: todas as atividades realizadas sob supervisão.

Unidades laboratoriais: não tocar em equipamentos, materiais e insumos laboratoriais. Em eventuais ocorrências acidentais comunicar imediatamente à equipe da unidade laboratorial. Utilizar desinfetantes compatíveis com quaisquer atividades e culturas de micro-organismos que porventura sejam utilizadas.

Unidade laboratorial de Biologia Molecular: não aplicar produto com odor forte, somente água e detergente neutro. Na área analítica, limpar as mesas e bancadas e o piso com solução contendo água sanitária.

Unidade Laboratorial de Microbiologia em Alimentos e Água: não realizar a limpeza da bancada na área analítica (é atribuição da equipe da unidade laboratorial). Não utilizar aspirador de pó. Aplicar sanitizante ácido peracético a 0,02%.

b) Local(is) e horário(s):

Os serviços serão prestados no seguinte endereço: **Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiânia - LFDA-GO, Rua da Divisa, s/n, Setor Jaó, CEP 74674-025, Goiânia-GO, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, devendo a jornada de trabalho dos empregados ser cumprida em horário entre 7h e 18h.**

c) Rotina(s) da execução, frequência e periodicidade:

Diariamente, uma vez quando não explicitado: remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó; proceder à lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, duas vezes ao dia; passar pano úmido em água e solução detergente neutra, sem a utilização de vassouras, e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados; varrer os pisos de cimento; limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia; abastecer com papel toalha, higiênico e sabonete líquido os sanitários e copas, quando necessário; retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados; passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições; retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração; proceder a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da Instrução Normativa Mare nº 6 de 3 de novembro de 1995; limpar os corrimãos; suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração; limpar, de acordo com a recomendação do fabricante (modo e produto), os monitores, teclados, mouses dos computadores; lavar pisos, bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, realizando a remoção de sujidades e de outros contaminantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização, durante todo o horário previsto de uso, utilizando desodorizantes nos sanitários, quando necessário (verificar na unidade restrição de uso em unidades laboratoriais); remover, com pano úmido e produtos adequados, o pó de bancadas de análise e equipamentos, sempre com orientação prévia e acompanhamento de um servidor da unidade; executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

Semanalmente, uma vez, quando não explicitado: limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica; limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético; limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas; limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras etc., com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxicidade ou atóxicos, sendo os trapos e estopas contaminados nas atividades de polimento (ou em que se utilizem produtos considerados tóxicos) deverão ser segregados e ter destinação adequada; lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar; passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones; limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana; retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral; remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio etc., evitando o uso desnecessário de aditivos e detergentes para limpeza dos móveis e eliminar o uso de produtos lustra-móveis, duas vezes por semana; limpar o exterior e interior de refrigeradores, freezers, fornos e micro-ondas com produto adequado, sempre com orientação prévia e acompanhamento de um servidor da unidade; limpar, de acordo com a recomendação do fabricante (modo e produto), os computadores, impressoras, scanner e demais equipamentos eletrônicos; executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

Quinzenalmente, uma vez: limpar o interior de almoxarifados/ galpões, duas vezes ao mês; executar demais serviços considerados necessários à frequência quinzenal.

Mensalmente, uma vez: limpar todas as luminárias por dentro e por fora; limpar forros, paredes e rodapés; limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados; limpar persianas com produtos adequados; remover manchas de paredes; limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr etc.); limpar atrás dos móveis, armários e arquivos, sempre com orientação prévia e acompanhamento de um servidor da unidade; limpar o piso com produtos e equipamentos adequados (limpeza profunda); e realocar mobiliário, equipamentos e outros materiais para limpeza do local ou por necessidade da Administração, utilizando-se de meio mecânico ou manual, com orientação prévia e acompanhamento de um servidor da unidade, sempre que necessário; proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

Semestralmente, uma vez: lavar as caixas d'água dos prédios, remover a lama depositada e desinfetá-las; executar demais serviços considerados necessários à frequência semestral.

Anualmente: aspirar o pó e limpar calhas e luminárias; executar demais serviços considerados necessários à frequência anual.

d) Prazo para início da execução do trabalho:

Às 7h. As ocorrências por motivo de força maior que impossibilitem o início da execução do objeto na data fixada deverão ser comunicadas pelo contratado por escrito com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas**.

e) Prazo para conclusão da execução do trabalho:

Até às 18h (máximo).

5.1.1.2.2. Limpeza e conservação de Áreas Externas (item(ns) 5 a 8):

a) Procedimento(s):

Realizar as rotinas de execução nas frequências e periodicidades previstas.

b) Local(is) e horário(s):

Os serviços serão prestados no seguinte endereço: **Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiânia - LFDA-GO, Rua da Divisa, s/n, Setor Jaó, CEP 74674-025, Goiânia-GO, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, devendo a jornada de trabalho dos empregados ser cumprida em horário entre 7h e 18h.**

c) Rotina(s) da execução, frequência e periodicidade:

Diariamente, uma vez quando não explicitado: remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza; varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados; varrer as áreas pavimentadas; retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração; deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da Instrução Normativa Mare nº 6 de 3 de novembro de 1995; retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes, observando a legislação ambiental vigente e a de medicina e segurança do trabalho, sendo vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita de propriedade do contratante; lavar os pisos somente nas áreas circunscritas que apresentem sujidade e manchas, observando as restrições quanto à utilização da água; executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

Semanalmente, uma vez: limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras etc.); lavar os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados, com detergente, encerar e lustrar; executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

Mensalmente, uma vez: lavar as áreas cobertas destinadas à garagem/ao estacionamento; proceder a capina e a roçada, retirar de toda área externa, plantas desnecessárias, cortar grama e podar árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas, de forma escalonada ao longo do mês de tal forma que toda a área apresente aparência de cuidado; limpar calhas e telhados, mantendo-as desobstruídas, sempre que necessário; realocar mobiliário, equipamentos e outros materiais para limpeza do local ou por necessidade da Administração, utilizando-se de meio mecânico ou manual, com orientação prévia e acompanhamento de um servidor da unidade, sempre que necessário; executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

d) Prazo para início da execução do trabalho:

Às 7h. As ocorrências por motivo de força maior que impossibilitem o início da execução do objeto na data fixada deverão ser comunicadas pelo contratado por escrito com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas**.

e) Prazo para conclusão da execução do trabalho:

Até às 18h (máximo).

5.1.1.2.3. Limpeza e conservação de Esquadrrias Externas (item(ns) 9 e 10):

a) Procedimento(s):

Realizar as rotinas de execução nas frequências e periodicidades previstas.

b) Local(is) e horário(s):

Os serviços serão prestados no seguinte endereço: **Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiânia - LFDA-GO, Rua da Divisa, s/n, Setor Jaó, CEP 74674-025, Goiânia-GO, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, devendo a jornada de trabalho dos empregados ser cumprida em horário entre 7h e 18h.**

c) Rotina(s) da execução, frequência e periodicidade:

Quinzenalmente, uma vez: limpar todos os vidros (face interna/externa), aplicando-lhes produtos antiembaçantes; executar demais serviços considerados necessários à frequência quinzenal.

d) Prazo para início da execução do trabalho:

Às 7h. As ocorrências por motivo de força maior que impossibilitem o início da execução do objeto na data fixada deverão ser comunicadas pelo contratado por escrito com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas**.

e) Prazo para conclusão da execução do trabalho:

Até às 18h (máximo).

5.2. Subcontratação

5.2.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto.

5.2.1.1. A subcontratação parcial do objeto será de até **10% (dez por cento)** do valor total do contrato.

5.2.1.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

5.2.1.2.1. serviços de frequência diária, semanal e quinzenal de limpeza e conservação das áreas internas e externas; e

5.2.1.2.2. serviços de frequência quinzenal de limpeza e conservação das esquadrias externas.

5.2.1.3. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

5.2.1.3.1. realocação de mobiliário, equipamentos e outros materiais para limpeza do local ou por necessidade da Administração, de frequência mensal;

5.2.1.3.2. limpeza e desinfecção de caixas d'água dos prédios, com remoção de lama depositada, de frequência anual;

5.2.1.3.3. capina e roçada e retirada de plantas desnecessárias, corte de grama de poda de árvore que estejam impedindo a passagem de pessoas, de frequência mensal; e

5.2.1.3.4. limpeza de calhas e telhados, de frequência mensal e sempre que necessário.

5.2.1.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.2.1.5. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

5.2.1.6. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

5.2.1.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes dessa mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.2.1.8. Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto nº 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

5.2.1.8.1. O contratado deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

5.2.1.8.2. O contratado deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

5.2.1.8.3. O contratado será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação;

5.2.1.8.4. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

5.3. Obrigações do Contratante

- 5.3.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 5.3.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 5.3.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 5.3.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 5.3.5. Comunicar o contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 5.3.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e neste Termo de Referência;
- 5.3.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;
- 5.3.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 5.3.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
 - 5.3.9.1. A Administração terá o prazo de **1 (um) mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 5.3.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 (um) mês**;
- 5.3.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 5.3.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 5.3.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 5.3.14. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):
 - 5.3.14.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 5.3.14.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
 - 5.3.14.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
 - 5.3.14.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 5.3.14.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
 - 5.3.14.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

5.4. Obrigações do Contratado

- 5.4.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 5.4.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

5.4.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.4.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.4.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.4.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos, conforme exigidos para fins de habilitação: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

5.4.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

5.4.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

5.4.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

5.4.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

5.4.11. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

5.4.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação;

5.4.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5.4.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.4.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

5.4.16. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

5.4.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

5.4.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

5.4.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.4.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

5.4.21. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

5.4.22. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

5.4.22.1. A indicação ou a manutenção do preposto do contratado poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo o contratado designar outro para o exercício da atividade.

5.4.23. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

5.4.24. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

5.4.25. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

5.4.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

5.4.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

5.4.28. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

5.4.29. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

5.4.30. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

5.4.31. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

5.4.32. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

5.4.33. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

5.4.34. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

5.4.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

5.4.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

5.4.37. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

5.4.38. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

5.4.39. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

5.4.40. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

5.4.41. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

5.4.41.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123 /2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

5.4.41.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

5.5. Obrigações pertinentes à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD

5.5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de **5 (cinco) dias úteis** sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.5.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.5.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Publicação do instrumento contratual ou instrumento equivalente

6.1.1. O instrumento contratual ou instrumento equivalente será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

6.2. Reunião inicial

6.2.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratante para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2.1.1. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no art. 45 da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017, e ocorrerá em até **5 (cinco) dias úteis** da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada a critério do contratante.

6.2.1.2. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

6.2.1.2.1. Presença do representante legal do contratado, que apresentará o seu preposto;

6.2.1.2.2. Entrega, por parte do contratado, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência e demais declarações exigidas;

6.2.1.2.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato.

6.2.2. O contratado designará formalmente o preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.2.2.1. A carta de apresentação do preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

6.2.2.2. O contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto, hipótese em que o contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.2.2.3. O contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período: **quintas-feiras, das 10h às 12h e das 13h30min às 15h30min.**

6.2.4. O contratante realizará reuniões periódicas com o preposto, de modo a garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a prestação dos serviços.

6.3. Acompanhamento e fiscalização do contrato

6.3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. Os prazos de resposta serão contados a partir do registro em sistema informatizado, do recebimento da mensagem eletrônica ou do recebimento da carta com aviso de recebimento.

6.3.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.3.5. Fiscalização

6.3.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.3.6. Fiscalização Técnica

6.3.6.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

6.3.6.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

6.3.6.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

6.3.6.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.3.6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.3.6.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.3.6.7. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.3.6.8. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao contratado a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.3.6.9. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto do contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.3.6.10. O preposto deverá por assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.3.6.11. O contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.3.6.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções ao contratado de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

6.3.6.13. É vedada a atribuição ao contratado da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.3.6.14. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.3.6.15. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021 (art. 62, Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017).

6.3.6.16. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso (art. 47, §2º, , Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017).

6.3.6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.3.6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.3.6.19. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.3.6.20. Além do disposto acima, a fiscalização técnica obedecerá à(s) seguinte(s) rotina(s):

6.3.6.20.1. Até o início da execução do objeto:

6.3.6.20.1.1. o representante do contratado deverá assinar e o fiscal técnico do contrato deverá conferir a autorização para a Administração contratante reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista no subitem 3.1 do Anexo VII-F da Instrução Normativa Seges /MP nº 5, de 2017, e fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos, conforme Anexo IV - Modelo de Autorização de Utilização da Garantia;

6.3.6.20.1.2. os representantes do contratante e do contratado deverão assinar e o fiscal técnico do contrato deverá conferir o Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança e garantia da imparcialidade das atividades de laboratório vigentes, conforme Anexo V - Modelo de Termo de Compromisso;

6.3.6.20.1.3. o contratado deverá entregar e o fiscal técnico do contrato deverá conferir a declaração sobre existência de vínculos familiares entre a pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção e de detentor de cargo em comissão ou função de confiança no Mapa, conforme Anexo VII - Modelo de Declaração Antinepotismo Contratada, a ser assinada pelo representante legal do contratado.

6.3.6.20.2. até o início da execução do objeto e sempre que houver alteração do quadro dos empregados diretamente envolvidos na execução do objeto:

6.3.6.20.2.1. o contratado deverá entregar e o fiscal técnico do contrato deverá conferir o Termo de Ciência da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança

e garantia da imparcialidade das atividades de laboratório vigentes, conforme Anexo VI - Modelo de Termo de Ciência, a ser assinado pelos empregados do contratado diretamente envolvidos na contratação;

6.3.6.20.2.2. o contratado deverá entregar e o fiscal técnico do contrato deverá conferir a carta de apresentação dos empregados, devidamente identificados com o nome completo, data de nascimento, inscrição no Registro Geral - RG e no Cadastro de Pessoa Física - CPF, número e série da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, função a ser exercida pelo empregado e a data de início do exercício, e no caso de substituição, as cartas deverão também identificar os nomes dos empregados que estão sendo substituídos e o prazo respectivo de substituição;

6.3.6.20.2.3. o contratado deverá entregar e o fiscal técnico do contrato deverá conferir a declaração sobre existência de vínculos familiares entre servidores e empregados terceirizados, conforme Anexo VIII - Modelo de Declaração Antinepotismo Terceirizados, assinada pelo empregado.

6.3.6.20.3. No primeiro mês de prestação dos serviços:

6.3.6.20.3.1. o contratado deverá entregar e o fiscal técnico do contrato deverá conferir os comprovantes de fornecimento dos uniformes e equipamentos.

6.3.6.20.4. Mensalmente:

6.3.6.20.4.1. o contratado deverá entregar e o fiscal técnico do contrato deverá conferir os comprovantes de fornecimento de fornecimento dos equipamentos de proteção individual e dos materiais;

6.3.6.20.4.2. o contratado deverá entregar e o fiscal técnico deverá conferir os registros de frequência dos empregados do mês de execução dos serviços.

6.3.6.20.5. Mensalmente (no máximo):

6.3.6.20.5.1. o fiscal técnico do contrato deverá inspecionar os locais de execução dos serviços, verificando especialmente a disponibilização dos materiais previstos no contrato, o uso dos equipamentos de proteção individual pelos empregados, e as condições de limpeza, higiene e organização dos locais.

6.3.6.20.6. Sempre que houver alteração do quadro dos empregados diretamente envolvidos na execução do objeto e ao término do contrato, após o último faturamento:

6.3.6.20.6.1. o fiscal do contrato deverá certificar-se de que foram revogados os acessos a áreas internas controlados por meio biométrico ou senha aos empregados do contratado estritamente responsáveis pela limpeza e conservação dos locais.

6.3.6.20.7. Ao término do contrato:

6.3.6.20.7.1. o contratado deverá recolher os equipamentos após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de até 30 (trinta) dias, após os quais, não sendo estes recolhidos, a Administração poderá deles dispor.

6.3.7. Fiscalização administrativa

6.3.7.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.3.7.2. Caso ocorram descumprimentos das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.3.7.3. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.3.7.4. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações, no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.3.7.4.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, o contratado deverá apresentar a seguinte documentação:

6.3.7.4.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.3.7.4.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo contratado;

6.3.7.4.1.3. exames médicos admissionais dos empregados do contratado que prestarão os serviços; e

6.3.7.4.2. Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.3.7.4.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.3.7.4.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.3.7.4.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.3.7.4.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.3.7.4.3. Entrega, quando solicitado pelo contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.3.7.4.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.3.7.4.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.3.7.4.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.3.7.4.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.3.7.4.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.3.7.4.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.3.7.4.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.3.7.4.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.3.7.4.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.3.7.4.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.3.7.4.5. Sempre que houver admissão de novos empregados pelo contratado, os documentos elencados no item 6.3.7.4.1 acima deverão ser apresentados.

6.3.7.4.6. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.3.7.4.4 acima no prazo de **30 (trinta) dias** após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais **30 (trinta) dias**, justificadamente.

6.3.7.4.7. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, o contratado deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.3.7.4.8. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.3.7.4.9. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.3.7.4.10. Não haverá pagamento adicional pelo contratante ao contratado em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.3.7.4.11. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.3.7.4.12. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.3.7.4.13. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.3.7.4.14. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.3.7.4.15. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.3.7.4.16. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.3.7.4.17. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o contratante comunicará o fato ao contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.3.7.4.18. Não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de quinze dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.3.7.4.19. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.3.7.4.20. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o contratante e os empregados do contratado.

6.3.7.4.21. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.3.7.4.22. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.3.7.4.23. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.3.7.4.24. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.3.7.4.25. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.3.8. Gestor do Contrato

6.3.8.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.3.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.3.8.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.3.8.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.3.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.3.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.3.8.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.4. Extinção do contrato

6.4.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

6.4.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

6.4.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

6.4.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

6.4.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.4.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.4.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

6.4.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.4.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

6.4.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.4.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.4.3.3. Indenizações e multas.

6.4.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.4.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

6.4.6. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

6.4.7. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

6.4.8. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

6.4.8.1. a garantia contratual – prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias – a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei nº 14.133, de 2021); e

6.4.8.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.4.9. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.4.10. O contratante poderá ainda:

6.4.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei nº 14.133, de 2021), conforme legislação que rege a matéria; e

6.4.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

6.4.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.5. Alteração do contrato

6.5.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.5.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. Infrações e sanções administrativas

6.6.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

6.6.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

6.6.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.6.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

6.6.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

6.6.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

6.6.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

6.6.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.6.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.6.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste instrumento, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV. Multa:

- Moratória de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- Moratória de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **5% (cinco por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a **30 (trinta) dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
- Compensatória:
 - a) para as infrações descritas nos subitens 6.6.1.5 a 6.6.1.8, de **25% (vinte e cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor do Contrato.
 - b) para a inexecução total do contrato prevista no subitem 6.6.1.3, de **20% (vinte por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor do Contrato.
 - c) para infração descrita na alínea 6.6.1.2, a multa será de **15% (quinze por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor do Contrato.
 - d) para a infração descrita na alínea 6.6.1.1, a multa será de **15% (quinze por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor do Contrato, ressalvada(s) a(s) seguinte(s) infração(ões), em que a multa será de **15% (quinze por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor do Contrato:
d.1) deixar de prestar os serviços de limpeza e conservação das áreas internas por mais de 2 (dois) dias úteis consecutivos; d.2) deixar de executar os serviços de limpeza e conservação das externas por mais de 15 (quinze) dias úteis consecutivos; d.3) deixar de efetuar integralmente os pagamentos dos salários e benefícios dos empregados ou de recolher as contribuições previdenciárias, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e outras contribuições.
 - e) para infrações descritas na alínea 6.6.1.4, a multa será de **0,5% (meio por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor do Contrato.

6.6.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.6.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.6.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.6.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

6.6.11. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.12. O contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

6.7. Casos omissos

6.7.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. Avaliação da execução do objeto

7.1.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o contratado:

7.1.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.1.3.1. comparecimento do empregado no posto de trabalho, em que poderá ser descontado 1/(30,5 x 8,8) sobre o valor mensal do respectivo posto previsto na Planilha de Custos e Formação de Preços do contratado, a cada hora completa de ausência do empregado;

7.1.3.2. redução dos serviços prestados pelas empresas terceirizadas, por questões de redução efetiva do expediente administrativo, à critério da Administração, nos termos da Nota Técnica nº 66/2018 - MP, em que poderá ser descontado 1/(30,5 x 8,8) sobre valor do vale-transporte e, no caso de o instrumento coletivo de trabalho prever o pagamento ao empregado apenas nos dias efetivamente trabalhados, sobre o valor do auxílio alimentação;

7.1.3.3. fornecimento de uniformes, em que poderá ser descontado o valor proporcional dos materiais do respectivo posto previsto na Planilha de Custos e Formação de Preços do contratado, a cada 12 (doze) meses completos sem o efetivo fornecimento periódico;

7.1.3.4. fornecimento de materiais, em que poderá ser descontado o valor proporcional dos materiais do respectivo posto previsto na Planilha de Custos e Formação de Preços do contratado, a cada mês completo sem o efetivo fornecimento periódico;

7.1.3.5. fornecimento de equipamentos, em que poderá ser descontado valor mensal da depreciação dos equipamentos do respectivo posto previsto na Planilha de Custos e Formação de Preço do contratado, a cada mês completo sem o efetivo fornecimento; e indicadores mínimos de desempenho definidos no IMR.

7.1.3.6. os seguintes indicadores mensuráveis estabelecidos pelo contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação:

Indicador nº 1 - Indicador de Qualidade	
Item	Descrição
Finalidade	Medir o grau de inconformidade da execução do serviço e do cumprimento das especificações definidas neste Termo de Referência.
Meta a cumprir	Ambientes limpos, com uso de produtos adequados e suficientes na execução do serviço, em conformidade com as definições e especificações deste Termo de Referência, e uso adequado dos uniformes e equipamentos de proteção individual pelos empregados.
Instrumento de medição	Constatação formal de não conformidades.
Forma de acompanhamento	Constatação formal de não conformidades, por meio de inspeção in loco ou comunicação por sistema eletrônico, e-mail, com registro de reclamações e informações.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	<p>Indicador 1 = $(I / N) \times 100$</p> <p>Sendo:</p> <p>I = nº de não conformidades de sujidade, mofo, mancha, dejetos, farelo, detrito, teia de aranha, poeira, mau cheiro, poça d'água, umidade excessiva, transbordamento de lixeira, uso de produtos inadequados ou insuficientes, especialmente equipamentos de proteção individual, uniformes, papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido e protetor de vaso sanitário, e outras situações similares que caracterizem o ambiente como não limpo, desperdício de água, energia ou materiais ou descumprimento das especificações definidas neste Termo de referência;</p> <p>N = nº de inspeções realizadas por serviço/rotina de execução ou reclamações registradas por sistema eletrônico, e-mail ou mensagem eletrônica.</p>
Início de vigência	A partir do início da execução dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Indicador 1 - é menor/igual que 2,5 - sem redução do valor da parcela</p> <p>Indicador 1 - maior que 2,5 e menor/igual 5,0 - redução de 2% do valor da parcela</p> <p>Indicador 1 - maior que 5,0 e menor/igual 10,0 - redução de 4% do valor da parcela</p> <p>Indicador 1 - é maior que 10,0 - redução de 6% do valor da parcela</p>
Sanções	Previstas no Termo de Referência.
Observações	<p>Base de cálculo será igual ao valor da parcela mensal de todos os itens da contratação, subtraídos os eventuais descontos não relativos aos indicadores mínimos de desempenho definidos no IMR.</p> <p>Redução no valor poderá ser acumulado com ajustes no pagamento aplicados em razão do desempenho em outros indicadores, mas a redução não integrará a base de cálculo.</p>

	A aplicação do ajuste não impede a aplicação de sanções, como multas previstas no Termo de Referência.
--	--

Indicador nº 2 – Indicador de Produtos	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento às exigências específicas relacionadas à entrega de uniformes, equipamentos de proteção individual, materiais e equipamentos.
Meta a cumprir	Todos os uniformes, equipamentos de proteção individual, materiais e equipamentos previstos fornecidos dentro dos prazos estabelecidos na contratação e atendimento das especificações técnicas previstas.
Instrumento de medição	Recibo incontestado do recebimento de uniformes, equipamentos de proteção individual, materiais e equipamentos e constatação por meio de inspeção in loco.
Forma de acompanhamento	Constatação formal de atraso na entrega de uniformes, equipamentos de proteção individual, materiais e equipamentos ou entrega de produtos que não atendem às especificações técnicas previstas, por meio de inspeção in loco ou ausência de recibo.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	<p>Indicador 2 = U + M + E + S</p> <p>Sendo:</p> <p>U = nº de dias de atraso no fornecimento dos conjuntos completos de uniformes, contados do primeiro dia útil do mês do fornecimento;</p> <p>M = nº de dias de atraso no fornecimento da parcela mensal de equipamentos de proteção individual e materiais em quantidade suficiente para completar o quantitativo mínimo de armazenamento das dependências do contratante, contados do primeiro dia útil do mês do fornecimento;</p> <p>E = nº de dias de atraso na disponibilização de todos os equipamentos nas dependências do contratante, contados do primeiro dia útil do mês do fornecimento;</p> <p>S = nº de dias de atraso na substituição de produtos, a contar da solicitação da Administração.</p>
Início de vigência	A partir do início da execução dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Indicador 2 - é menor/igual a 5,0 - sem redução do valor da parcela</p> <p>Indicador 2 - maior que 5,0 e menor/igual 10,0 - redução de 2% do valor da parcela</p> <p>Indicador 2 - é maior que 10,0 - redução de 4% do valor da parcela</p>
Sanções	Previstas no Termo de Referência.
Observações	<p>Base de cálculo será igual ao valor da parcela mensal de todos os itens da contratação, subtraídos os eventuais descontos não relativos aos indicadores mínimos de desempenho definidos no IMR.</p> <p>O não fornecimento dentro do mês de referência implicará na mensuração do indicador no mês subsequente, sem reinício da contagem, até a efetiva entrega.</p> <p>Redução no valor poderá ser acumulada com ajustes no pagamento aplicados em razão do desempenho em outros indicadores, mas a redução não integrará a base de cálculo.</p> <p>A aplicação do ajuste não impede a aplicação de sanções, como multas previstas no Termo de Referência.</p>

7.1.3.6.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.1.5. A medição para efeito de faturamento e pagamento será feita **mensalmente**.

7.2. Do recebimento do objeto

7.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021, e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.2.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.1.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.2.1.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.2.1.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.2.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.2.2.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.2.2.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.2.3. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.2.2.4. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.2.5. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)

7.2.2.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.2.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.2.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na

execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.2.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.2.4.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.2.4.4. Comunicar ao contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.2.4.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.2.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se ao contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.2.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.3. Liquidação

7.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa Seges/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022.

7.3.1.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.3.2.1. o prazo de validade;

7.3.2.2. a data da emissão;

7.3.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.3.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.3.2.5. o valor a pagar; e

7.3.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.3.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.3.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

7.3.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.3.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.3.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.3.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.4. Prazo de pagamento

7.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Seges/ME nº 77, de 2022.

7.4.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE** de correção monetária.

7.5. Forma de pagamento

7.5.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.6. Cessão de crédito

7.6.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa Seges/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.6.1.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa Seges/ME nº 53, de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.6.2. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa Seges/ME nº 53, de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.6.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.6.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação

do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (Instrução Normativa Seges/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos)

7.6.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7.7. Conta-Depósito Vinculada

7.7.1. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017, aplicável por força do art. 1º da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.7.2. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.7.3. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.7.4. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.7.5. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017.

7.7.6. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017, será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.7.6.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.7.6.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.7.6.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

7.7.6.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.7.6.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017.

7.7.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.7.8. Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente ao contratado que vier a prestar os serviços.

7.7.9. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.7.10. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pelo contratado.

7.7.11. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.7.12. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.7.13. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017.

7.8. Repactuação

7.8.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de **1 (um) ano**, mediante solicitação do contratado.

7.8.2. O interregno mínimo de **1 (um) ano** para a primeira repactuação será contado:

7.8.2.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.8.2.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.8.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de **1 (um) ano** será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.8.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.8.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços (art. 135, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.8.4.1. Para cada parcela da repactuação, o contratada deverá apresentar junto ao pedido a nova Planilha de Custos e Formação de Preços, utilizando exclusivamente o Anexo do Edital, que possui metodologia de cálculo detalhada no Estudo Técnico Preliminar;

7.8.4.2. Para que não sejam apresentados erros, todas as células com fundo cinza da Planilha de Custos e Formação de Preços deverão ser preenchidas, ainda que o custo ou percentual incidente seja zerado;

7.8.4.3. O campo "Fundamento" deverá ser preenchido com o fundamento do pedido de repactuação (por exemplo: "Convenção Coletiva de Trabalho 2025") e o campo "Data de início dos efeitos" deverá ser preenchido com a data em que os novos valores estiveram vigentes;

7.8.4.4. Excepcionalmente, mediante justificativa aceita pela Administração, o contratada poderá solicitar a repactuação utilizando outro modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, caso o modelo anexo ao Edital não seja habilitado a demonstrar a variação de custos pretendida;

7.8.4.5. Não serão concedidas repactuações em desacordo com as orientações deste instrumento.

7.8.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho das respectivas categorias (art. 135, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.8.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do

contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.8.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.8.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.8.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE**, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^o) / I^o, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.8.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.8.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.8.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.8.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.8.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.8.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos Acordos, às Convenções ou aos Dissídios Coletivos de Trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo Acordo, Convenção ou Sentença Normativa que fundamenta a repactuação.

7.8.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.8.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.8.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.8.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.8.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.8.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **60 (sessenta) dias**, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º).

7.8.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.8.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

7.8.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8.25. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.8.26. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do contratado, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.8.27. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. Forma de seleção do fornecedor

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento indicado para cada item da contratação no Anexo I - Lista de Itens da Contratação.

8.1.2. Não será adotado o Sistema de Registro de Preços, considerando que o caso não se enquadra nas hipóteses de adoção do art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

8.2. Regime de execução

8.2.1. O regime de execução do contrato será **empreitada por preço global**.

8.3. Direito de preferência e margens de preferência

8.3.1. Aplicam-se os benefícios nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, indicados para cada item da contratação no Anexo I - Lista de Itens da Contratação, observado o seguinte:

8.3.1.1. Benefício tipo I: participação exclusiva para microempresas / empresas de pequeno porte / equiparados (valor estimado do item em até R\$ 80.000,00);

8.3.1.2. Benefício tipo II: exigência de subcontratação para microempresas / empresas de pequeno porte / equiparados;

8.3.1.3. Benefício tipo III: reserva de cota para microempresas / empresas de pequeno porte / equiparados;

8.3.1.4. Sem benefício: não se aplica nenhum dos benefícios anteriores.

8.4. Vedações justificadas

8.4.1. Não será admitida a participação de cooperativas, devido a não haver possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e o cooperados. A execução compartilhada ou em rodízio ainda traria dificuldades significativas no cumprimento de procedimentos internos, na fiscalização e avaliação da execução dos

serviços, como a identificação de responsáveis por eventuais falhas ou descumprimentos nas obrigações contratuais, direcionamento de solicitações de informações e reclamações, perda na eficiência esperada quanto ao atendimento dos prazos e exposição ao risco de desnivelamento dos padrões de qualidade.

8.4.2. Não será admitida a participação de empresas em consórcio, devido a experiência prática demonstrar que as contratações que permitem essa participação são aqueles que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, o que não é o caso desta contratação. No mais, a participação de consórcio apresentaria a dificuldade em limitar procedimentos e atribuir responsabilidade em caso de falhas.

8.4.3. Não será admitida a participação de pessoas físicas, devido a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, nos termos do parágrafo único do art. 4º da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021.

8.5. Exigências de habilitação

8.5.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor, será verificada a existência de sanção que impeça a contratação com a Administração, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça; e
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

8.5.2. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.5.3. No caso de fornecedores pessoa jurídica, a consulta aos cadastros será realizada também em nome de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte dos fornecedores apontados no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5.6. Para fins de habilitação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos:

8.5.7. Habilitação jurídica

8.5.7.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5.7.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5.7.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.7.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.5.7.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.7.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.5.7.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.5.8. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.5.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.8.5. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

8.5.8.5.1. A declaração acima será firmada no cadastramento da proposta inicial da licitação eletrônica, quando o fornecedor deverá assinalar "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico Compras.gov.br.

8.5.8.6. Regularidade fiscal estadual e/ou municipal:

8.5.8.6.1. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.8.6.2. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.5.8.6.3. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.5.8.6.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5.9. Qualificação Econômico-Financeira

8.5.9.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.5.9.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.5.9.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.5.9.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.5.9.3.2. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

8.5.9.3.3. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

8.5.9.3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.5.9.3.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.5.9.3.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.5.9.4. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo IX - Modelo de Declaração de Contratos Firmados deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

8.5.9.4.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

8.5.9.4.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.5.9.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.5.9.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.5.10. Qualificação Técnica

8.5.10.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.5.10.1.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.5.11. Qualificação Técnico-Operacional

8.5.11.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.5.11.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.5.11.2.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de **1 (um) ano** na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.5.11.2.2. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

8.5.11.2.3. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

8.5.11.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, aplicável por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

8.5.11.4. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.5.11.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.5.11.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.5.11.7. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.5.11.8. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133, de 2021 e regulamentos sobre o tema.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 668.808,55

9.1. O custo estimado total da contratação indicado acima foi obtido a partir dos custos unitários apostos no Anexo I - Lista de Itens da Contratação.

9.1.1. Os custos estimados das parcelas da contratação contam no Anexo II - Cronograma Físico-Financeiro da Contratação.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 00001/130032

Fonte de Recursos: 1000000000

Programa de Trabalho: 229434

Elemento de Despesa: indicado(s) no Anexo I - Lista de Itens da Contratação.

Plano Interno: FUNLABB

Modalidade de Empenho: Estimativo

10.1.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.1.2.1. O detalhamento das etapas ou fases da solução a ser contratada, com os principais serviços ou bens que a compõem, e a previsão de desembolso para cada uma delas consta no Anexo II - Cronograma Físico-Financeiro da Contratação.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HUMBERTO ALVES VALADAO

Chefe do Núcleo de Atividades Gerais



Assinou eletronicamente em 26/06/2024 às 15:03:07.

ARTHUR BARBOSA FERREIRA

Chefe do Serviço Administrativo



Assinou eletronicamente em 26/06/2024 às 14:06:58.

ROSELI CHELA FENILLE

Coordenadora do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Goiás



Assinou eletronicamente em 26/06/2024 às 14:49:09.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Lista de Itens da Contratacao.pdf (121.78 KB)
- Anexo II - Cronograma Fisico-Financeiro da Contratacao.pdf (143.17 KB)
- Anexo III - Modelo de Declaracao de Conhecimento.pdf (44.77 KB)
- Anexo IV - Modelo de Autorizacao de Utilizacao da Garantia.pdf (52.98 KB)
- Anexo V - Modelo de Termo de Compromisso.pdf (102.37 KB)
- Anexo VI - Modelo de Termo de Ciencia.pdf (62.16 KB)
- Anexo VII - Modelo de Declaracao Antinepotismo Contratada.pdf (42.12 KB)
- Anexo VIII - Modelo de Declaracao Antinepotismo Terceirizado.pdf (79.88 KB)
- Anexo IX - Modelo de Declaracao de Contratos Firmados.pdf (69.68 KB)

Anexo I - Lista de Itens da Contratacao.pdf

Grupo	Item	Código do item	Descrição do item	Unidade de fornecimento	Quantidade total	Valor estimado (unitário)	Valor estimado (total)	Natureza de despesa	Orçamento sigiloso	Critério de julgamento	Intervalo mínimo entre Lances	Tratamento diferenciado
1 - Limpeza e Conservação	1	27782	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - ÁREAS INTERNAS (PISOS FRIOS) - 44 HORAS SEMANAIS DIURNAS - PRODUTIVIDADE 800 M2 A 1200 M2 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: UNIDADE DE FORNECIMENTO EQUIVALE AO VALOR MENSAL DO METRO QUADRADO	METRO QUADRADO	9960	6,8030	67.757,8800	33903702	Não	Menor Preço	0,20%	Sem Benefício
1 - Limpeza e Conservação	2	24031	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - ÁREAS INTERNAS (LABORATÓRIOS) - 44 HORAS SEMANAIS DIURNAS - PRODUTIVIDADE 360 M2 A 450 M2 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: UNIDADE DE FORNECIMENTO EQUIVALE AO VALOR MENSAL DO METRO QUADRADO	METRO QUADRADO	16584	14,3221	237.517,7064	33903702	Não	Menor Preço	0,20%	Sem Benefício
1 - Limpeza e Conservação	3	24031	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - ÁREAS INTERNAS (ALMOXARIFADOS/GALPÕES) - 44 HORAS SEMANAIS DIURNAS - PRODUTIVIDADE 1500 M2 a 2500 M2 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: UNIDADE DE FORNECIMENTO EQUIVALE AO VALOR MENSAL DO METRO QUADRADO	METRO QUADRADO	8220	3,6283	29.824,6260	33903702	Não	Menor Preço	0,20%	Sem Benefício
1 - Limpeza e Conservação	4	24031	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - ÁREAS INTERNAS (BANHEIROS) - 44 HORAS SEMANAIS DIURNAS - PRODUTIVIDADE 200 M2 A 300 M2 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: UNIDADE DE FORNECIMENTO EQUIVALE AO VALOR MENSAL DO METRO QUADRADO	METRO QUADRADO	1488	27,2119	40.491,3072	33903702	Não	Menor Preço	0,20%	Sem Benefício
1 - Limpeza e Conservação	5	24031	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - ÁREAS EXTERNAS (PISOS PAVIMENTADOS ADJACENTES/ CONTÍGUOS ÀS EDIFICAÇÕES) - 44 HORAS SEMANAIS DIURNAS - PRODUTIVIDADE 1800 A 2700 M2 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: UNIDADE DE FORNECIMENTO EQUIVALE AO VALOR MENSAL DO METRO QUADRADO	METRO QUADRADO	7080	0,6047	4.281,2760	33903702	Não	Menor Preço	0,20%	Sem Benefício
1 - Limpeza e Conservação	6	23434	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - ÁREAS EXTERNAS (VARRIÇÃO DE PASSEIOS E ARRUAMENTOS) - 44 HORAS SEMANAIS DIURNAS - PRODUTIVIDADE 1800 A 2700 M2 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: UNIDADE DE FORNECIMENTO EQUIVALE AO VALOR MENSAL DO METRO QUADRADO	METRO QUADRADO	80532	0,6047	48.697,7004	33903702	Não	Menor Preço	0,20%	Sem Benefício
1 - Limpeza e Conservação	7	23434	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - ÁREAS EXTERNAS (PÁTIOS E ÁREAS VERDES COM ALTA FREQUÊNCIA) - 44 HORAS SEMANAIS DIURNAS - PRODUTIVIDADE 1800 A 2700 M2 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: UNIDADE DE FORNECIMENTO EQUIVALE AO VALOR MENSAL DO METRO QUADRADO	METRO QUADRADO	398844	0,3401	135.646,8444	33903702	Não	Menor Preço	0,20%	Sem Benefício
1 - Limpeza e Conservação	8	23434	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - ÁREAS EXTERNAS (PÁTIOS E ÁREAS VERDES COM MÉDIA FREQUÊNCIA) - 44 HORAS SEMANAIS DIURNAS - PRODUTIVIDADE 1800 A 2700 M2 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: UNIDADE DE FORNECIMENTO EQUIVALE AO VALOR MENSAL DO METRO QUADRADO	METRO QUADRADO	506388	0,1814	91.858,7832	33903702	Não	Menor Preço	0,20%	Sem Benefício
1 - Limpeza e Conservação	9	24058	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - ESQUADRIAS EXTERNAS (FACE EXTERNA SEM EXPOSIÇÃO A SITUAÇÃO DE RISCO) - FREQUÊNCIA 16H/MENSAL - PRODUTIVIDADE 300 M2 A 380 M2 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: UNIDADE DE FORNECIMENTO EQUIVALE AO VALOR MENSAL DO METRO QUADRADO	METRO QUADRADO	5520	1,1533	6.366,2160	33903702	Não	Menor Preço	0,20%	Sem Benefício
1 - Limpeza e Conservação	10	24058	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - ESQUADRIAS EXTERNAS (FACE INTERNA) - FREQUÊNCIA 16H/MENSAL - PRODUTIVIDADE 300 M2 A 380 M2 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: UNIDADE DE FORNECIMENTO EQUIVALE AO VALOR MENSAL DO METRO QUADRADO	METRO QUADRADO	5520	1,1533	6.366,2160	33903702	Não	Menor Preço	0,20%	Sem Benefício

Total: 668.808,5556

Anexo II - Cronograma Fisico-Financeiro da Contratacao.pdf

Parcela 001 de 012

Referência: set/24

Composição da Parcela:

Estimado					
(por item)					
001 qtde. 0000000830 R\$ 5.646,4900					
002 qtde. 0000001382 R\$ 19.793,1422					
003 qtde. 0000000685 R\$ 2.485,3855					
004 qtde. 0000000124 R\$ 3.374,2756					
005 qtde. 0000000590 R\$ 356,7730					
006 qtde. 0000006711 R\$ 4.058,1417					
007 qtde. 0000033237 R\$ 11.303,9037					
008 qtde. 0000042199 R\$ 7.654,8986					
009 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
010 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
(por natureza de despesa)					
33903702 R\$ 55.734,0463					
(total)					
R\$ 55.734,0463					

Parcela 002 de 012

Referência: out/24

Composição da Parcela:

Estimado					
(por item)					
001 qtde. 0000000830 R\$ 5.646,4900					
002 qtde. 0000001382 R\$ 19.793,1422					
003 qtde. 0000000685 R\$ 2.485,3855					
004 qtde. 0000000124 R\$ 3.374,2756					
005 qtde. 0000000590 R\$ 356,7730					
006 qtde. 0000006711 R\$ 4.058,1417					
007 qtde. 0000033237 R\$ 11.303,9037					
008 qtde. 0000042199 R\$ 7.654,8986					
009 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
010 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
(por natureza de despesa)					
33903702 R\$ 55.734,0463					
(total)					
R\$ 55.734,0463					

Parcela 003 de 012

Referência: nov/24

Composição da Parcela:

Estimado					
----------	--	--	--	--	--

(por item)					
001 qtde. 0000000830 R\$ 5.646,4900					
002 qtde. 0000001382 R\$ 19.793,1422					
003 qtde. 0000000685 R\$ 2.485,3855					
004 qtde. 0000000124 R\$ 3.374,2756					
005 qtde. 0000000590 R\$ 356,7730					
006 qtde. 0000006711 R\$ 4.058,1417					
007 qtde. 0000033237 R\$ 11.303,9037					
008 qtde. 0000042199 R\$ 7.654,8986					
009 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
010 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
(por natureza de despesa)					
33903702 R\$ 55.734,0463					
(total)					
R\$ 55.734,0463					

Parcela 004 de 012

Referência: out/24

Composição da Parcela:

Estimado					
(por item)					
001 qtde. 0000000830 R\$ 5.646,4900					
002 qtde. 0000001382 R\$ 19.793,1422					
003 qtde. 0000000685 R\$ 2.485,3855					
004 qtde. 0000000124 R\$ 3.374,2756					
005 qtde. 0000000590 R\$ 356,7730					
006 qtde. 0000006711 R\$ 4.058,1417					
007 qtde. 0000033237 R\$ 11.303,9037					
008 qtde. 0000042199 R\$ 7.654,8986					
009 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
010 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
(por natureza de despesa)					
33903702 R\$ 55.734,0463					
(total)					
R\$ 55.734,0463					

Parcela 005 de 012

Referência: jan/25

Composição da Parcela:

Estimado					
----------	--	--	--	--	--

(por item)					
001 qtde. 0000000830 R\$ 5.646,4900					
002 qtde. 0000001382 R\$ 19.793,1422					
003 qtde. 0000000685 R\$ 2.485,3855					
004 qtde. 0000000124 R\$ 3.374,2756					
005 qtde. 0000000590 R\$ 356,7730					
006 qtde. 0000006711 R\$ 4.058,1417					
007 qtde. 0000033237 R\$ 11.303,9037					
008 qtde. 0000042199 R\$ 7.654,8986					
009 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
010 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
(por natureza de despesa)					
33903702 R\$ 55.734,0463					
(total)					
R\$ 55.734,0463					

Parcela 006 de 012

Referência: fev/25

Composição da Parcela:

Estimado					
(por item)					
001 qtde. 0000000830 R\$ 5.646,4900					
002 qtde. 0000001382 R\$ 19.793,1422					
003 qtde. 0000000685 R\$ 2.485,3855					
004 qtde. 0000000124 R\$ 3.374,2756					
005 qtde. 0000000590 R\$ 356,7730					
006 qtde. 0000006711 R\$ 4.058,1417					
007 qtde. 0000033237 R\$ 11.303,9037					
008 qtde. 0000042199 R\$ 7.654,8986					
009 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
010 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
(por natureza de despesa)					
33903702 R\$ 55.734,0463					
(total)					
R\$ 55.734,0463					

Parcela 007 de 012

Referência: mar/25

Composição da Parcela:

Estimado					
----------	--	--	--	--	--

(por item)					
001 qtde. 0000000830 R\$ 5.646,4900					
002 qtde. 0000001382 R\$ 19.793,1422					
003 qtde. 0000000685 R\$ 2.485,3855					
004 qtde. 0000000124 R\$ 3.374,2756					
005 qtde. 0000000590 R\$ 356,7730					
006 qtde. 0000006711 R\$ 4.058,1417					
007 qtde. 0000033237 R\$ 11.303,9037					
008 qtde. 0000042199 R\$ 7.654,8986					
009 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
010 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
(por natureza de despesa)					
33903702 R\$ 55.734,0463					
(total)					
R\$ 55.734,0463					

Parcela 008 de 012

Referência: abr/25

Composição da Parcela:

Estimado					
(por item)					
001 qtde. 0000000830 R\$ 5.646,4900					
002 qtde. 0000001382 R\$ 19.793,1422					
003 qtde. 0000000685 R\$ 2.485,3855					
004 qtde. 0000000124 R\$ 3.374,2756					
005 qtde. 0000000590 R\$ 356,7730					
006 qtde. 0000006711 R\$ 4.058,1417					
007 qtde. 0000033237 R\$ 11.303,9037					
008 qtde. 0000042199 R\$ 7.654,8986					
009 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
010 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
(por natureza de despesa)					
33903702 R\$ 55.734,0463					
(total)					
R\$ 55.734,0463					

Parcela 009 de 012

Referência: mai/25

Composição da Parcela:

Estimado					
----------	--	--	--	--	--

(por item)					
001 qtde. 0000000830 R\$ 5.646,4900					
002 qtde. 0000001382 R\$ 19.793,1422					
003 qtde. 0000000685 R\$ 2.485,3855					
004 qtde. 0000000124 R\$ 3.374,2756					
005 qtde. 0000000590 R\$ 356,7730					
006 qtde. 0000006711 R\$ 4.058,1417					
007 qtde. 0000033237 R\$ 11.303,9037					
008 qtde. 0000042199 R\$ 7.654,8986					
009 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
010 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
(por natureza de despesa)					
33903702 R\$ 55.734,0463					
(total)					
R\$ 55.734,0463					

Parcela 010 de 012

Referência: jun/25

Composição da Parcela:

Estimado					
(por item)					
001 qtde. 0000000830 R\$ 5.646,4900					
002 qtde. 0000001382 R\$ 19.793,1422					
003 qtde. 0000000685 R\$ 2.485,3855					
004 qtde. 0000000124 R\$ 3.374,2756					
005 qtde. 0000000590 R\$ 356,7730					
006 qtde. 0000006711 R\$ 4.058,1417					
007 qtde. 0000033237 R\$ 11.303,9037					
008 qtde. 0000042199 R\$ 7.654,8986					
009 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
010 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
(por natureza de despesa)					
33903702 R\$ 55.734,0463					
(total)					
R\$ 55.734,0463					

Parcela 011 de 012

Referência: jul/25

Composição da Parcela:

Estimado					
----------	--	--	--	--	--

(por item)					
001 qtde. 0000000830 R\$ 5.646,4900					
002 qtde. 0000001382 R\$ 19.793,1422					
003 qtde. 0000000685 R\$ 2.485,3855					
004 qtde. 0000000124 R\$ 3.374,2756					
005 qtde. 0000000590 R\$ 356,7730					
006 qtde. 0000006711 R\$ 4.058,1417					
007 qtde. 0000033237 R\$ 11.303,9037					
008 qtde. 0000042199 R\$ 7.654,8986					
009 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
010 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
(por natureza de despesa)					
33903702 R\$ 55.734,0463					
(total)					
R\$ 55.734,0463					

Parcela 012 de 012

Referência: ago/25

Composição da Parcela:

Estimado					
(por item)					
001 qtde. 0000000830 R\$ 5.646,4900					
002 qtde. 0000001382 R\$ 19.793,1422					
003 qtde. 0000000685 R\$ 2.485,3855					
004 qtde. 0000000124 R\$ 3.374,2756					
005 qtde. 0000000590 R\$ 356,7730					
006 qtde. 0000006711 R\$ 4.058,1417					
007 qtde. 0000033237 R\$ 11.303,9037					
008 qtde. 0000042199 R\$ 7.654,8986					
009 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
010 qtde. 0000000460 R\$ 530,5180					
(por natureza de despesa)					
33903702 R\$ 55.734,0463					
(total)					
R\$ 55.734,0463					

Total					
Estimado					
(por item)					
001 qtde. 0000009960 R\$ 67.757,8800					
002 qtde. 0000016584 R\$ 237.517,70					
003 qtde. 0000008220 R\$ 29.824,6260					
004 qtde. 0000001488 R\$ 40.491,3072					
005 qtde. 0000007080 R\$ 4.281,2760					
006 qtde. 0000080532 R\$ 48.697,7004					
007 qtde. 0000398844 R\$ 135.646,8444					
008 qtde. 0000506388 R\$ 91.858,7832					
009 qtde. 0000005520 R\$ 6.366,2160					
010 qtde. 0000005520 R\$ 6.366,2160					
(por exercício e natureza de despesa)					
2024 33904016 R\$ 222.936,1852					
2025 33904016 R\$ 445.872,3704					

(total) R\$ 668.808,5556					
-----------------------------	--	--	--	--	--

Anexo III - Modelo de Declaracao de Conhecimento.pdf

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

A licitante (*RAZÃO SOCIAL*), inscrita no CNPJ nº _____, DECLARA que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante

Local, data.

Assinatura e carimbo do emissor

Anexo IV - Modelo de Autorizacao de Utilizacao da Garantia.pdf

MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DA GARANTIA

_____ (*identificação do licitante*), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr(a). _____ (*nome do representante*), portador da Cédula de Identidade RG nº e do CPF nº, para os fins do disposto no Anexo VII-B da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, e dos dispositivos correspondentes do Edital:

I - autoriza a Administração contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista no subitem 3.1 do Anexo VII-F da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017; e

II - autoriza a Administração contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

Local, data.

Assinatura do representante legal

Anexo V - Modelo de Termo de Compromisso.pdf

[Brasão]

[ÓRGÃO]

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO

O _____, sediado na _____, CEP _____, CNPJ nº _____, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a _____, sediada em _____, CNPJ nº _____, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do Contrato nº _____/20_____ doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas da CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e os Decretos nºs 7.724, de 16 de maio de 2012 e 7.845, de 14 de novembro 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2. DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

I - Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

II - Informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

III - Contrato principal: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3. DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4. DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I - sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II - tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III - sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I - A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I - Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou

ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6. DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7. DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as

informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;

Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9. DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro de Goiânia-GO, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

_____, _____ de _____ de 20____.

NOME COMPLETO
Representante da Contratante

NOME COMPLETO
Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome completo:

CPF:

Nome completo:

CPF:

Anexo VI - Modelo de Termo de Ciencia.pdf

[Brasão]

[ÓRGÃO]

TERMO DE CIÊNCIA

Introdução

Visa obter o comprometimento formal dos empregados da contratada diretamente envolvidos no projeto sobre o conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Identificação

Contrato nº:	
Objeto:	
Contratante:	
Gestor do Contrato:	Matr.:
Contratada:	CNPJ:
Preposto da Contratada:	CPF:

Ciência

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes do contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome Completo	Matrícula / CPF	Assinatura do funcionário

____, ____ de ____ de 20 ____.

**Anexo VII - Modelo de Declaracao Antinepotismo
Contratada.pdf**

MODELO DE DECLARAÇÃO ANTINEPOTISMO CONTRATADA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu Representante legal o(a) SR(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, declara que:

I - Não possui administrador ou sócio com poder de direção que seja familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

II - Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; e

III - Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Local, data.

Assinatura dos Administradores ou Sócios com poder de direção na empresa

Recebido pela Área de Contratos* em: ____/____/20____.

*Conforme Portaria MAPA nº 155, de 27 maio de 2021.

Servidor Responsável pela verificação:

**Anexo VIII - Modelo de Declaracao Antinepotismo
Terceirizado.pdf**

MODELO DE DECLARAÇÃO ANTINEPOTISMO TERCEIRIZADO

Eu, _____, inscrito sob o CPF nº _____, RG nº _____, exercendo a função de _____, na empresa que presta serviços ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio do Contrato nº _____/_____, sob as penas da Lei, declaro:

Que não sou cônjuge, companheiro(a) ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, de ocupante de cargo em comissão, função de confiança de direção, chefia ou assessoramento ou função comissionada do poder executivo federal no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

DECLARO ainda, que as informações aqui prestadas são exatas e verdadeiras e de minha inteira responsabilidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal e que estou CIENTE de que as informações contidas neste formulário poderão ser disponibilizadas de forma transparente, em formato aberto, para conhecimento da sociedade.

Local, data.

Assinatura do Empregado Terceirizado

Recebido pela Área de Contratos* em: ____/____/20____.

*Conforme Portaria MAPA nº 155, de 27 maio de 2021.

Servidor Responsável pela verificação:

TABELA 1 - PARENTES EM LINHA RETA		
GRAU	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE (vínculos atuais)
1º	Pai/mãe, filho/filha do agente público	Sogro/sogra, genro/nora, padrao/madrasta, enteado/enteada do agente público
2º	Avô/avó, neto/neta do agente público	Avô/avó, neto/neta do cônjuge ou companheiro do agente público
3º	Bisavô/bisavó, bisneto/bisneta do agente público	Bisavô/bisavó, bisneto/bisneta do cônjuge ou companheiro do agente público

TABELA 2 - PARENTES EM LINHA COLATERAL		
GRAU	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE (vínculos atuais)
1º	-	-
2º	Irmão/irmã do agente público	Cunhado/cunhada do agente público
3º	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do agente público	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do cônjuge ou companheiro do agente público

OBSERVAÇÃO:

O DECRETO 7.203, DE 04/06/2010 prevê:

Art. 4º Não se incluem nas vedações deste Decreto as nomeações, designações ou contratações:

I - de servidores federais ocupantes de cargo de provimento efetivo, bem como de empregados federais permanentes, inclusive aposentados, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo ou emprego de origem, ou a compatibilidade da atividade que lhe seja afeta e a

complexidade inerente ao cargo em comissão ou função comissionada a ocupar, além da qualificação profissional do servidor ou empregado;

II - de pessoa, ainda que sem vinculação funcional com a administração pública, para a ocupação de cargo em comissão de nível hierárquico mais alto que o do agente público referido no art. 3º;

III - realizadas anteriormente ao início do vínculo familiar entre o agente público e o nomeado, designado ou contratado, desde que não se caracterize ajuste prévio para burlar a vedação do nepotismo; ou

IV - de pessoa já em exercício no mesmo órgão ou entidade antes do início do vínculo familiar com o agente público, para cargo, função ou emprego de nível hierárquico igual ou mais baixo que o anteriormente ocupado.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é vedada a manutenção de familiar ocupante de cargo em comissão ou função de confiança sob subordinação direta do agente público.

**Anexo IX - Modelo de Declaracao de Contratos
Firmados.pdf**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
Valor total dos Contratos		R\$

Local, data.

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ITENS "D.1" E "D.2" DA ALÍNEA "D" DO SUBITEM 11.1. DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido}}{\text{Valor total dos contratos}^*} \times 12 > 1$$

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos})}{\text{Valor da Receita Bruta}} \times 100 =$$